

2023

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Relatório de Gestão
Demonstrações Financeiras e Orçamentais



Índice

Nota Introdutória	5
Enquadramento.....	7
1. Organização Municipal e Sistema Organizativo	8
1.1. Estrutura Política	8
1.2. Estrutura Orgânica	10
1.3. Recursos Humanos	11
1.3.1. Estrutura de Recursos	11
1.3.2. Análise Financeira.....	11
2. Relato Orçamental e Financeiro.....	13
2.1. Análise Orçamental	13
2.1.1. Orçamento.....	13
2.1.2. Equilíbrio Orçamental.....	14
2.1.3. Receita Orçamental	15
2.1.4. Despesa Orçamental	16
2.1.5. Execução do Plano Plurianual de Investimento	17
2.1.6. Indicadores Orçamentais.....	18
2.1.7. Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)	18
2.2. Análise Económico – Financeira	20
2.2.1. Análise ao Balanço.....	20
2.2.2. Análise à Demonstração de Resultados	22
2.2.3. Indicadores Económico – Financeiros	23
2.2.4. Prazo Médio de Pagamentos.....	24
2.2.5. Endividamento Municipal.....	24
3. Transferência de Competências	26
3.1. Área da Educação	26
3.2. Área da Ação Social	29
4. Acontecimentos Após a Data de Relato	32
5. Proposta de Aplicação de Resultados	32
6. Documentos de Prestação de Contas – Demonstrações Financeiras	33
6.1. Balanço	33
6.2. Demonstração de Resultados.....	34
6.3. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	35
6.4. Demonstração de Alterações ao Património Líquido.....	36

7.	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	37
7.1.	Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	37
7.2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	37
7.3.	Órgãos de Gestão	37
7.4.	Recursos Humanos	37
7.5.	Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	38
7.6.	Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....	38
7.6.1.	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	38
7.6.2.	Principais Políticas Contabilísticas.....	39
7.6.2.1.	Ativos fixos tangíveis	39
7.6.2.2.	Propriedades de investimento	40
7.6.2.3.	Ativos fixos intangíveis	40
7.6.2.4.	Acordos de concessão de serviços: Concedente	41
7.6.2.5.	Locações	41
7.6.2.6.	Participações financeiras.....	42
7.6.2.7.	Imparidade de ativos.....	43
7.6.2.8.	Inventários.....	43
7.6.2.9.	Instrumentos financeiros	44
7.6.2.10.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	46
7.6.2.11.	Regime do acréscimo	46
7.6.2.12.	Julgamentos e estimativas	48
7.6.2.13.	Principais pressupostos relativos ao futuro	48
7.6.2.14.	Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.....	49
7.7.	Notas às Demonstrações Financeiras.....	50
	Nota 3 – Ativos intangíveis.....	50
	Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente	52
	Nota 5 – Ativos fixos intangíveis.....	54
	Nota 6 – Locações.....	58
	Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos.....	58
	Nota 8 – Propriedades de investimento	61
	Nota 9 – Imparidades de ativos.....	62
	Nota 10 – Inventários	62
	Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação.....	63

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação.....	64
Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	65
Nota 18 – Instrumentos financeiros.....	66
Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas	69
7.8. Outras Divulgações.....	69
Nota 21 – Rendimentos e ganhos	69
Nota 22 – Gastos e perdas	69
Nota 23 – Gastos com pessoal	70
Nota 24 – Transferências e subsídios concedidos.....	71
Nota 26 – Depreciações	72
Nota 27 – Fornecimentos e serviços externos	73
Nota 29 – Diferimentos	74
Nota 30 – Alterações do património líquido	74
8. Contabilidade de Gestão	76
9. Anexo às Demonstrações Orçamentais.....	77
9.1. DDORC – Demonstração de Desempenho Orçamental	77
9.2. DODES – Demonstração de Desempenho Orçamental da Despesa	78
9.3. DOREC – Demonstração de Desempenho Orçamental da Receita	78
9.4. DTAS – Dívidas a Terceiros Pro Antiguidade de Saldos	79
9.5. DEPPI – Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	79
9.6. Operações de Tesouraria	80

Nota Introdutória

Por força da aprovação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as entidades autárquicas passaram a adotar obrigatoriamente um novo enquadramento de contabilidade pública, o qual se materializou numa alteração das regras e normas do registo contabilístico.

De acordo com o previsto no ponto 11 do n.º 46 da NCP 26 (Contabilidade e Relato Orçamental) aprovada no referido decreto-lei, as demonstrações de relato a elaborar e a apresentar são a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental da receita e da despesa), a demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e os anexos às demonstrações orçamentais.

Também em conformidade com o ponto 14 do n.º 6 da NCP 1 (Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras), as componentes das demonstrações financeiras devem incluir o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, bem como um conjunto de anexos às referidas demonstrações financeiras compreendendo estes um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Neste documento abordam-se os aspetos determinantes da estrutura organizativa da autarquia, quer ao nível político quer ao nível dos recursos humanos. É apresentada uma análise da situação contabilística do Município de Avis a 31 de dezembro de 2023, centrada nas vertentes “orçamental” e “financeira”, reportando os níveis de endividamento e equilíbrio orçamental.

Dos conteúdos tratados destacamos os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e despesas previstas no Orçamento de 2023 e o inerente reflexo na situação financeira do Município.

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros, gráficos e rácios que evidenciam os dados indicados em cada capítulo.

Os documentos apresentados, enquanto instrumentos importantes para a avaliação global e acompanhamento da situação, tanto no domínio orçamental, como no económico e no financeiro, constituem um apoio essencial à gestão autárquica.

Apesar das situações adversas ao município, voltamos a expressar que vamos continuar a procurar garantir aos munícipes, uma gestão rigorosa e eficiente dos meios disponíveis, privilegiando a transparência na gestão do erário público para a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento integrado de todo o concelho.

Enquadramento

Considerando a obrigatoriedade do executivo municipal apresentar, nos termos da alínea I) do n.º 1 do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro, os documentos de prestação de contas do Município à Assembleia Municipal para sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente relatório que para além de cumprir o estipulado pela Lei, irá analisar a execução da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Avis, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2023.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental).

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas publicas).

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Iniciado o desafio em 2020, com a implementação de um novo normativo contabilístico, baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como o de controlo de ativo, por exemplo, no 2º ano de implantação do novo normativo o Município de Avis dá seguimento apresentando os documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.

O presente relatório analisa os recursos humanos, situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2023.

1. Organização Municipal e Sistema Organizativo

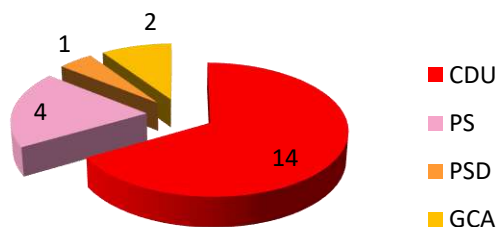
O sistema organizativo do Município de Avis é suportado pela existência de duas estruturas fundamentais, uma de cariz eminentemente político e outra de cariz técnico/administrativo, fortemente relacionadas e interdependentes de cuja articulação decorre a atividade municipal.

1.1. Estrutura Política

A estrutura política do Município assenta em dois órgãos representativos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal é constituída por 21 membros, dos quais 15 são eleitos diretamente como membros da Assembleia Municipal e 6 indiretamente, uma vez que assumem aquela função por inerência do cargo de Presidente de Junta de Freguesia.

Assembleia Municipal

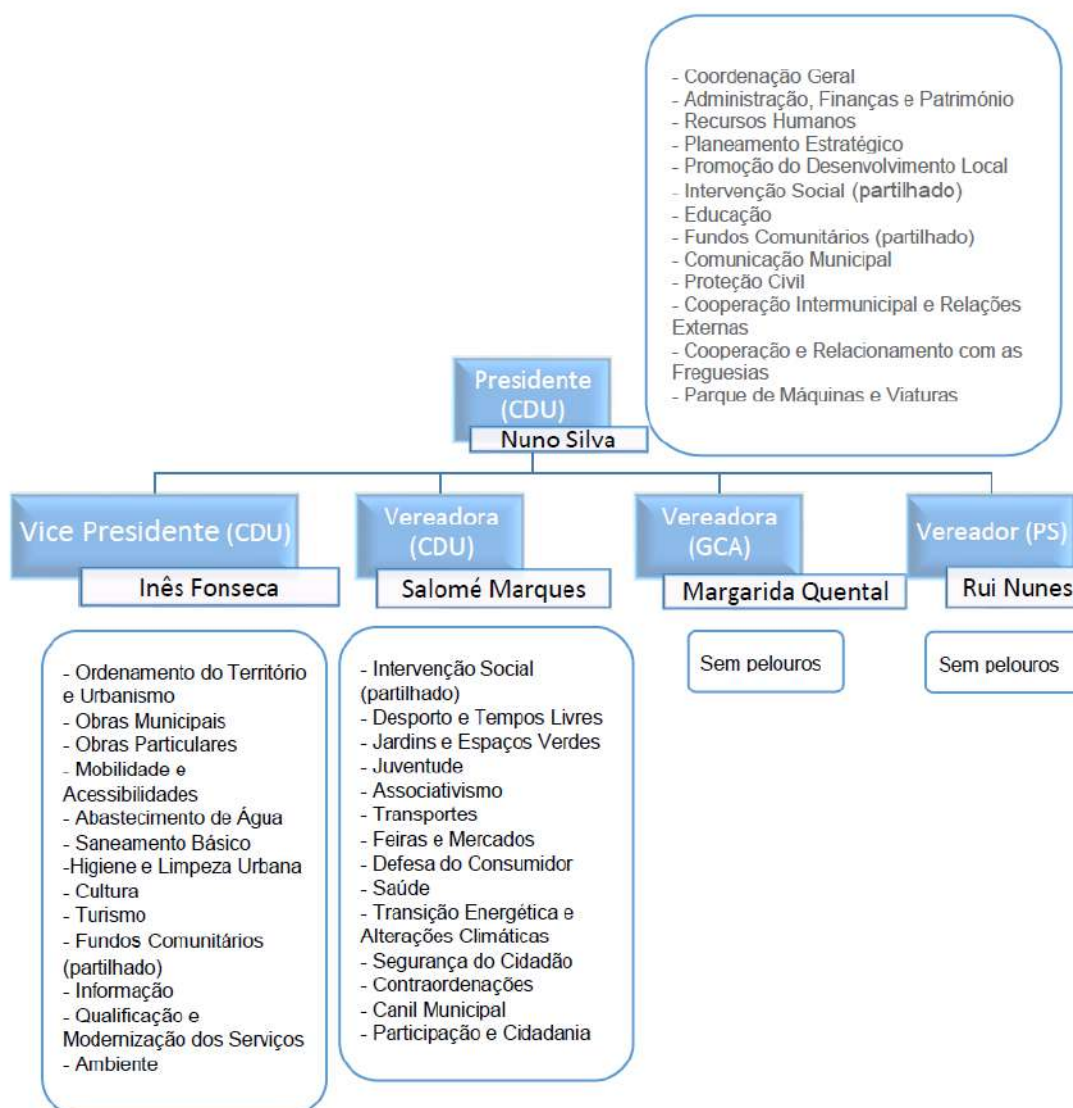


Assembleia Municipal Mandato 16/10/2021 - 2025

A Câmara Municipal é constituída por 5 membros, 1 Presidente e 4 Vereadores, a quem compete, no quadro da descentralização administrativa previamente estabelecida, o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Cabe à Câmara Municipal a supervisão direta das atividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais para a prossecução dos objetivos, programas/atividades e ações que materializam as políticas previamente definidas

Mandato 2021 (16/10/2021) – 2025



1.2. Estrutura Orgânica

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e n.º 6 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Avis, na sua sessão ordinária de 26/04/2013, na sequência de proposta da Câmara Municipal de Avis, aprovada na sua reunião extraordinária de 17/04/2013, aprovou o modelo de estrutura orgânica, publicada no Diário da República, 2ª Série, n.º 112 de 12 de junho de 2013, pelo Despacho n.º 7591/2013.

O modelo de estrutura orgânica rege-se nos seguintes termos:

1 – Modelo de Estrutura: Estrutura hierarquizada.

2 – Composição: Uma Unidade Orgânica Nuclear – (Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos), até três Unidades Orgânicas Flexíveis – (Divisão de Administração Geral, Divisão de Desenvolvimento Sociocultural e Turismo e Unidade de Desenvolvimento Económico, Qualidade e Ambiente), outras Unidades Orgânicas – (Gabinete Municipal de Proteção Civil, Gabinete Técnico Florestal, Gabinete de Informação e Comunicação e Gabinete de Apoio Jurídico) e uma Subunidade Orgânica.

A estrutura orgânica em vigor é representada pelo seguinte organograma:



1.3. Recursos Humanos

1.3.1. Estrutura de Recursos

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 28/11/2022 e em sessão da Assembleia Municipal de 16/12/2022, o mapa de pessoal para o ano de 2023.

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Avis a 31 de dezembro de 2023, totaliza 207 discriminados da seguinte forma:

- 1 - Dirigentes intermédios
- 43 - Técnicos superiores
- 36 - Assistentes técnicos
- 95 - Assistentes operacionais
- 4 – Informáticos

Por força da descentralização de competências na área da educação:

- 4 – Assistentes Técnicos
- 24 – Assistentes Operacionais

1.3.2. Análise Financeira

Em 2023 a despesa global com recursos humanos ascendeu a 4.350.254,51€, ou seja, 57% da despesa corrente e 43% da despesa global.



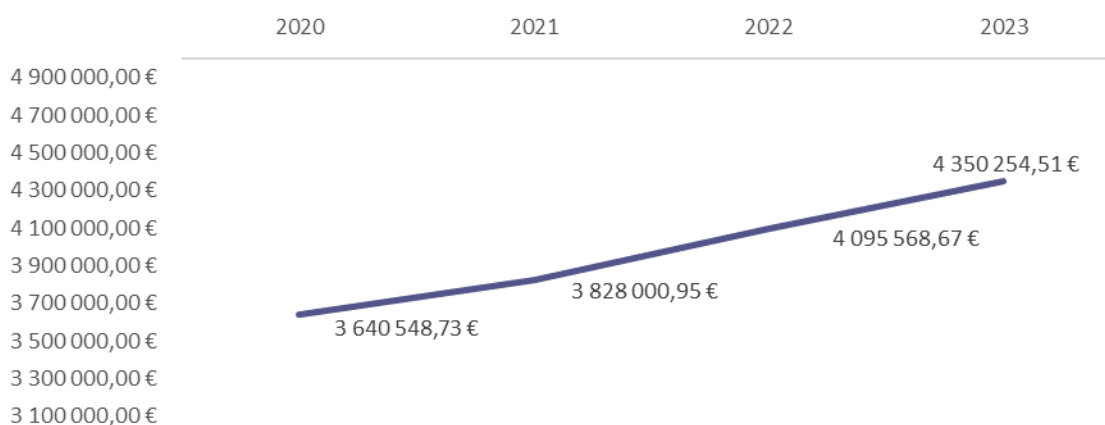
A despesa com pessoal divide-se em três grandes agregados, representando no ano 2023, as remunerações certas e permanentes 75% do valor total, seguindo-se os encargos sociais, com 21% e os abonos variáveis com 3%.

Apresentam-se em termos de comparação com 2020, 2021, e 2022, os valores assumidos pelos principais agregados com as Despesas com Pessoal no ano 2023.

DESPESAS COM PESSOAL	2020	2021	2022	2023
Remunerações Certas e Permanentes	2 768 077,97 €	2 867 524,13 €	3 035 893,52 €	3 275 037,94 €
Abonos Variáveis ou Eventuais	81 658,70 €	100 238,10 €	138 023,03 €	151 287,91 €
Segurança Social	790 812,06 €	860 238,72 €	921 652,12 €	923 928,66 €
Total	3 640 548,73 €	3 828 000,95 €	4 095 568,67 €	4 350 254,51 €

As despesas com pessoal tiveram assim a evolução apresentada no seguinte quadro e representação gráfica.

Evolução das Despesas com Pessoal



O aumento de despesas com pessoal verificado em 2023, resulta essencialmente por força da descentralização de competências na área da educação, que se apresenta no quadro baixo:

Despesas com Pessoal Descentralização - Educação	2023
Remunerações Certas e Permanentes	345 314,35 €
Abonos Variáveis ou Eventuais	1 483,74 €
Segurança Social	33 738,93 €
Total	380 537,02 €

2. Relato Orçamental e Financeiro

2.1. Análise Orçamental

2.1.1. Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2023, foram preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovados pelo órgão executivo em 28 de novembro de 2022 e pelo órgão deliberativo a 16 de dezembro de 2022. Apresentava valores iniciais de receita e de despesa de 15.526.840€.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais, modificativa ou permutativa, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar alteração orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excecionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se mantém em vigor em 2023.

Rubrica	DOREC Designação	Previsões Corrigidas	Execução	Grau Exec. %	Estrutura %	Rubrica	DODES Designação	Previsões Corrigidas	Execução	Grau Exec. %	Estrutura %
R1	Impostos Diretos	792 628,00 €	792 437,97 €	100%	5%	D1	Despesas com o pessoal	4 506 566,85 €	4 350 254,51 €	97%	32%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	72 361,00 €	57 811,41 €	80%	0,34%	D2	Aquisição de bens e serviços	3 512 966,48 €	2 798 531,70 €	80%	21%
R4	Rendimentos de propriedade	394 473,00 €	388 984,56 €	99%	3%	D3	Juros e outros encargos	28 464,86 €	23 764,81 €	83%	0,17%
R5	Transferências e subsídios correntes	6 670 257,00 €	6 568 533,52 €	98%	45%	D4	Transferências e subsídios correntes	667 492,94 €	601 312,81 €	90%	4%
R6	Venda de bens e serviços	1 019 938,00 €	776 119,30 €	76%	5%	D5	Outras despesas correntes	103 942,00 €	93 678,90 €	90%	1%
R7	Outras receitas correntes	202 300,00 €	96 553,47 €	48%	0,66%	D6	Aquisição de bens de capital	7 283 094,00 €	5 299 208,41 €	73%	39%
R8	Venda de bens de investimento	23 700,00 €	20 667,50 €	87%	33%	D7	Transferências e subsídios de capital	320 100,00 €	280 476,08 €	88%	2%
R9	Transferências e subsídios de capital	6 162 713,00 €	4 803 366,74 €	78%	33%	D8	Outras despesas de capital	1 100,00 €		0%	0%
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	0%	0%	D10	Despesa com passivos financeiros	149 372,00 €	149 210,46 €	100%	1%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 000,00 €	12,60 €	0%	0,00%						
R14	Saldo da Gerência Anterior	1 214 729,13 €	1 214 729,13 €	100%							
Total		16 573 099,13 €	14 719 216,20 €	89%				16 573 099,13 €	13 596 437,68 €	82%	

Ao longo do ano 2023 realizaram-se 9 alterações permutativas e 1 alterações modificativas ao orçamento da despesa refletindo-se no Plano Plurianual de Investimentos 6 alterações permutativas e 1 alterações modificativas. No orçamento da receita foram efetuadas 5 alterações permutativas e 2 alterações modificativas. A incorporação do saldo orçamental da gerência anterior, no montante de 1.214.729,13€, aprovada pelo órgão executivo em 20/04/2023 e pelo órgão deliberativo em 28/04/2023, pela alteração modificativa número 2.

Do confronto de receitas e despesas realizadas, apurou-se em 31/12/2023, um saldo para a gerência seguinte de 1.174.301,40€, dos quais 1.122.778,21€ de operações orçamentais e 51.522,88€ de operações de tesouraria. Por alteração modificativa (revisão orçamental), foi incorporado, em 2023, o saldo orçamental da gerência do ano anterior (2022) no valor de 1.214.729,13€. Do total do saldo da gerência anterior, foi afeto ao reforço de despesas correntes o valor de 901.597,13€, pelo que, nos termos do n.º 5 do artigo 40º do REFALEI será este o valor que contará para efeito de avaliação do equilíbrio orçamental. O saldo de gerência orçamental que transita para 2024 é de **1.174.301,40€**.

Da comparação das Receitas e Despesas globais constatamos que, em 2023, o valor das receitas cobradas (14.719.216,20€) foi superior ao das Despesas pagas (13.596.437,68€), gerando um saldo orçamental positivo de **1.122.778,21€**.

Em 2023, as Receitas Correntes (8.680.440,23€) superaram as Despesas Correntes (7.867.542,73€), gerando, assim, uma poupança corrente positiva de **812.987,50 €**.

2.1.2. Equilíbrio Orçamental

Nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. De acordo com o quadro seguinte, o Município de Avis cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, ou seja, a receita corrente bruta acrescida da parte do saldo de gerência afeta a despesas correntes é superior à soma da despesa corrente com as amortizações médias de empréstimos no valor de **1.567.115,13€**.

Equilíbrio Orçamental 2023	
Receita Corrente Bruta Cobrada	8 688 204,04 €
Saldo de Gerência a)	901 597,13 €
Despesa Corrente Paga	7 867 542,73 €
Amortização Média dos Empréstimos	155 143,31 €
Excedente	1 567 115,13 €

a) nos termos do n.º 5 do artigo 40º da Lei 73/2013, concorre para o cálculo do equilíbrio orçamental a proporção do saldo de gerência que se destine a financiar despesa corrente

2.1.3. Receita Orçamental

A receita total cobrada líquida em 2023 atingiu 14.719.216,20€, (8.680.440,23€ de receitas correntes, 4.803.366,74€ de receita de capital, e 1.214.741,73€ de outras receitas onde se inclui o saldo de gerência anterior), retomando assim o limite imposto para o cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

Do total de 13.504.487,07€ da receita efetiva, 9.950.826,61€ tiveram origem em receitas próprias e 3.553.657,46€ em financiamentos comunitários.

Comparativamente com o exercício de 2022, em termos de receitas efetivas, verificou-se um crescimento relativo, traduzido em cerca de 3,990 milhões de euros (maioritariamente transferências de fundos comunitários).

Rubrica	Designação	Fontes de Financiamento					TOTAL	2022
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS		
	Saldo de gerência anterior		919 605,29 €		295 123,84 €		1 260 153,16 €	1 715 678,87 €
	Operações orçamentais [1]	919 605,29 €		295 123,84 €			1 214 729,13 €	1 658 100,15 €
	Receita corrente	8 532 433,21 €		148 007,02 €			8 680 440,23 €	8 111 464,86 €
R1	Receita fiscal	792 437,97 €					792 437,97 €	645 563,71 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	57 811,41 €					57 811,41 €	66 494,75 €
R4	Rendimentos de propriedade	388 984,56 €					388 984,56 €	288 574,89 €
R5	Transferências e subsídios correntes	6 420 526,50 €		148 007,02 €			6 568 533,52 €	6 411 439,62 €
R6	Venda de bens e serviços	776 119,30 €					776 119,30 €	685 001,65 €
R7	Outras receitas correntes	96 553,47 €					96 553,47 €	14 390,24 €
	Receita de capital	1 418 383,80 €		3 405 650,44 €			4 824 034,24 €	1 394 010,21 €
R8	Venda de bens de investimento	20 667,50 €					20 667,50 €	68 995,87 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1 397 716,30 €		3 405 650,44 €			4 803 366,74 €	1 325 014,34 €
R10	Outras receitas de capital							
	Receita efetiva [2]	9 950 829,61 €		3 553 657,46 €			13 504 487,07 €	9 514 482,88 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	12,60 €					12,60 €	9 007,81 €
	Receita não efetiva [3]							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	10 870 434,90 €		3 848 781,30 €			14 719 216,20 €	11 172 583,03 €
	Receita total [1] + [2] + [3]	10 870 434,90 €		3 848 781,30 €			14 719 216,20 €	11 172 583,03 €

Foi cobrado um total de 130.152,92€ relativo a receitas de anos anteriores e o valor por cobrar no final do período é de 826.092,63€.

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos	Receitas liquidadas	Receitas anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas		Receita por cobrar no final do período	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)		Total (10) = (5) - (7)
	Receita corrente	9 151 957,00 €	160 736,77 €	8 809 137,25 €	44 102,07 €	8 688 204,02 €	6 763,79 €	7 763,79 €	113 720,28 €	8 566 719,95 €	8 680 440,23 €	245 331,72 €
R1	Receita fiscal	792 628,00 €		794 666,63 €	2 228,66 €	794 666,63 €	2 228,66 €	2 228,66 €	-21,28 €	792 459,25 €	792 437,97 €	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de											
R3	Taxas, multas e outras penalidades	72 361,00 €	7 788,65 €	64 231,80 €	738,46 €	57 887,71 €	76,30 €	76,30 €	2 996,59 €	54 814,82 €	57 811,41 €	13 470,58 €
R4	Rendimentos de propriedade	394 473,00 €	65 234,37 €	334 410,61 €	5 922,46 €	389 984,56 €		1 000,00 €	64 234,37 €	324 750,19 €	388 984,56 €	4 737,96 €
R5	Transferências e subsídios correntes	6 670 257,00 €		6 637 479,72 €	17 197,07 €	6 568 533,52 €				6 568 533,52 €	6 568 533,52 €	51 749,13 €
R6	Venda de bens e serviços	1 019 938,00 €	87 690,39 €	880 995,83 €	17 516,23 €	780 078,94 €	3 959,64 €	3 959,64 €	46 510,60 €	729 608,70 €	776 119,30 €	175 050,69 €
R7	Outras receitas correntes	202 300,00 €	23,36 €	97 352,66 €	499,19 €	97 052,66 €	499,19 €	499,19 €		96 553,47 €	96 553,47 €	323,36 €
	Receita de capital	6 186 413,00 €	231 459,72 €	7 657 403,98 €	2 484 068,55 €	4 824 034,24 €			16 432,64 €	4 807 601,60 €	4 824 034,24 €	580 760,91 €
R8	Venda de bens de investimento	23 700,00 €		20 667,50 €		20 667,50 €				20 667,50 €	20 667,50 €	
R9	Transferências e subsídios de capital	6 162 713,00 €	231 459,72 €	7 636 736,48 €	2 484 068,55 €	4 803 366,74 €			16 432,64 €	4 786 934,10 €	4 803 366,74 €	580 760,91 €
R10	Outras receitas de capital											
R11	Reposições não abatidas aos	20 000,00 €		12,60 €		12,60 €				12,60 €	12,60 €	
R12	Receita com ativos financeiros											
R13	Receita com passivos financeiros											
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	1 214 729,13 €		1 214 729,13 €		1 214 729,13 €				1 214 729,13 €	1 214 729,13 €	
	Total:	16 573 099,13 €	392 196,49 €	17 681 282,96 €	2 528 170,62 €	14 726 979,99 €	6 763,79 €	7 763,79 €	130 152,92 €	14 589 063,28 €	14 719 216,20 €	826 092,63 €

2.1.4. Despesa Orçamental

O orçamento teve uma execução na despesa de 13.596.437,68€ o que representa uma execução de 82% das dotações.

Rubrica	Designação	Fontes de Financiamento					TOTAL	2022
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS		
	Despesa corrente	7 867 542,73 €					7 867 542,73 €	7 694 978,86 €
D1	Despesas com o pessoal	4 350 254,51 €					4 350 254,51 €	4 095 568,67 €
D2	Aquisição de bens e serviços	2 798 531,70 €					2 798 531,70 €	2 927 149,44 €
D3	Juros e outros encargos	23 764,81 €					23 764,81 €	13 706,30 €
D4	Transferências e subsídios correntes	601 312,81 €					601 312,81 €	559 761,84 €
D5	Outras despesas correntes	93 678,90 €					93 678,90 €	98 792,61 €
	Despesa de capital	2 364 804,75 €		3 214 879,74 €			5 579 684,49 €	2 073 341,68 €
D6	Aquisição de bens de capital	2 084 328,67 €		3 214 879,74 €			5 299 208,41 €	1 919 336,98 €
D7	Transferências e subsídios de capital	280 476,08 €					280 476,08 €	154 004,70 €
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [5]	10 232 347,48 €		3 214 879,74 €			13 447 227,22 €	9 768 320,54 €
	Despesa não efetiva [6]	149 210,46 €					149 210,46 €	189 533,36 €
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros	149 210,46 €					149 210,46 €	189 533,36 €
	Soma [7]=[5]+[6]	10 381 557,94 €		3 214 879,74 €			13 596 437,68 €	9 957 853,90 €
	Despesa total [5] + [6]	10 381 557,94 €		3 214 879,74 €			13 596 437,68 €	9 957 853,90 €

Em 2023, do total da despesa paga 58% corresponde a despesa corrente e 42% a despesa de capital.

Do saldo de compromissos a transitar 1.961.186,84€, 1.374.288,45€ respeita a despesa de capital e 586.898,39€ a despesa corrente.

Foram pagas despesas transitadas de anos anteriores no valor de 155.734,40€. Em 2023 transitam obrigações por pagar no total de 418.333,33€.

Rubrica	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
							Períodos anteriores	Período corrente	Total		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6) + (7)	(9) = (4) - (5)	(10) = (5) - (8)
	Despesa corrente	119 386,32 €	8 819 433,13 €		8 707 513,40 €	8 120 615,01 €	116 843,80 €	7 750 698,93 €	7 867 542,73 €	586 898,39 €	253 072,28 €
D1	Despesas com o pessoal	91 535,16 €	4 506 566,85 €		4 478 201,15 €	4 453 489,38 €	91 170,20 €	4 259 084,31 €	4 350 254,51 €	24 711,77 €	103 234,87 €
D2	Aquisição de bens e serviços	27 036,06 €	3 512 966,48 €		3 451 851,84 €	2 942 637,13 €	24 858,50 €	2 773 673,20 €	2 798 531,70 €	509 214,71 €	144 105,43 €
D3	Juros e outros encargos		28 464,86 €		26 875,81 €	23 764,81 €		23 764,81 €	23 764,81 €	3 111,00 €	
D4	Transferências e subsídios correntes	498,00 €	667 492,94 €		649 894,31 €	601 882,81 €	498,00 €	600 814,81 €	601 312,81 €	48 011,50 €	570,00 €
D5	Outras despesas correntes	317,10 €	103 942,00 €		100 690,29 €	98 840,88 €	317,10 €	93 361,80 €	93 678,90 €	1 849,41 €	5 161,98 €
	Despesa de capital	109 794,69 €	7 753 666,00 €		7 268 444,45 €	5 894 156,00 €	38 890,60 €	5 690 004,35 €	5 728 894,95 €	1 374 288,45 €	165 261,05 €
D6	Aquisição de bens de capital	109 794,69 €	7 283 094,00 €		6 812 108,57 €	5 439 305,71 €	38 890,60 €	5 260 317,81 €	5 299 208,41 €	1 372 802,86 €	140 097,30 €
D7	Transferências e subsídios de capital		320 100,00 €		307 124,42 €	305 639,83 €		280 476,08 €	280 476,08 €	1 484,59 €	25 163,75 €
D8	Outras despesas de capital		1 100,00 €								
D9	Despesa com ativos financeiros										
D10	Despesa com passivos financeiros		149 372,00 €		149 211,46 €	149 210,46 €		149 210,46 €	149 210,46 €	1,00 €	
	Total:	229 181,01 €	16 573 099,13 €		15 975 957,85 €	14 014 771,01 €	155 734,40 €	13 440 703,28 €	13 596 437,68 €	1 961 186,84 €	418 333,33 €

2.1.5. Execução do Plano Plurianual de Investimento

No exercício de 2023 o Plano Plurianual de Investimentos teve uma execução de 5.299.208,41€, o mais representativo dos últimos anos, o que representa cerca de 73% do total previsto. Em 2022, esta percentagem tinha sido de 48% com um valor de 1.919.336,98€.

Destaca-se, entre outros, o valor executado nos seguintes investimentos em 2023:

- Centro Comunitário e Geriátrico de Alcórrego, no montante de 515.413,07€;
- Plano de Valorização do Clube Náutico – Projeto de Melhoria das Condições à Prática de Desportos, no montante de 315.095,77€;
- Empreitada de Construção do Skateparque de Avis, no montante de 71.464,14€;
- Aquisição de equipamento de transporte de natureza operacional, no montante de 154.779,34€;
- Remodelação e beneficiação das Piscinas Municipais de Avis, no montante de 178.866,81€;
- Construção do novo quartel da GNR, no montante de 623.996,24€;
- Requalificação da Escola E B 2 3 Mestre de Avis, no montante de 2.916.497,04€

Objetivo	Designação do projeto	Grupo de Fontes de Financiamento				Montante Previsto			Montante Executado		
		R G	R P	U E	EMPR	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total
[1]	[3]	[6]	[7]	[8]	[9]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]
1	Funções gerais		150 979,00 €			150 979,00 €	640 000,00 €	790 979,00	295 182,03	59 771,15	354 953,18
1.1.	Serviços gerais de administração pública		150 979,00 €			150 979,00 €	640 000,00 €	790 979,00	295 182,03	59 771,15	354 953,18
2	Funções sociais		2 173 463,00 €	3 686 345,00 €		5 859 808,00 €	21 202 198,00 €	27 062 006,00	2 716 544,04	4 411 400,18	7 127 944,22
2.1.	Educação		52 702,00 €	3 029 328,00 €		3 082 030,00 €	3 240 862,00 €	6 322 892,00	35 424,00	2 951 088,81	2 986 512,81
2.3.	Segurança e acção sociais		581 706,00 €	27 294,00 €		609 000,00 €	1 212 000,00 €	1 821 000,00	957 391,36	515 413,07	1 472 804,43
2.4.	Habituação e serviços colectivos		548 027,00 €	392 885,00 €		940 912,00 €	16 399 335,00 €	17 340 247,00	1 183 858,93	265 477,85	1 449 336,78
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos		991 028,00 €	236 838,00 €		1 227 866,00 €	350 001,00 €	1 577 867,00	539 869,75	679 420,45	1 219 290,20
3	Funções económicas		197 067,00 €	259 230,00 €		456 297,00 €	1 490 309,00 €	1 946 606,00	488 275,40	204 040,84	692 316,24
3.2.	Indústria e energia		20 434,00 €			20 434,00 €	230 000,00 €	250 434,00	34 919,05		34 919,05
3.3.	Transportes e comunicações		174 633,00 €	259 230,00 €		433 863,00 €	975 000,00 €	1 408 863,00	453 356,35	204 040,84	657 397,19
3.5.	Outras funções económicas		2 000,00 €			2 000,00 €	285 309,00 €	287 309,00			
4	Outras funções			816 010,00 €		816 010,00 €		816 010,00	332 225,88	623 996,24	956 222,12
4.2.	Transferências entre administrações			816 010,00 €		816 010,00 €		816 010,00	332 225,88	623 996,24	956 222,12
	Total:		2 521 509,00 €	4 761 585,00 €		7 283 094,00 €	23 332 507,00 €	30 615 601,00 €	3 832 227,35 €	5 299 208,41 €	9 131 435,76 €

2.1.6. Indicadores Orçamentais

	2023		2022	
Receita Total + Saldo de Gerência	14 719 216,20 €	1,08%	11 172 583,03 €	1,12%
Despesa Total Paga	13 596 437,68 €		9 957 853,90 €	
Receita Corrente Cobrada	8 566 719,95 €	1,09%	8 111 464,86 €	1,05%
Despesa Corrente Paga	7 867 542,73 €		7 694 978,86 €	
Receita de Capital Cobrada	4 807 601,60 €	0,84%	1 394 010,21 €	0,62%
Despesa de Capital Paga	5 728 894,95 €		2 262 875,04 €	
Impostos Diretos	792 437,97 €	0,06%	645 563,71 €	0,07%
Receita Total	13 374 334,15 €		9 514 482,88 €	
Pessoal	4 350 254,51 €	0,78%	4 095 568,67 €	0,73%
Fundos Municipais Correntes	5 573 173,00 €		5 640 710,00 €	

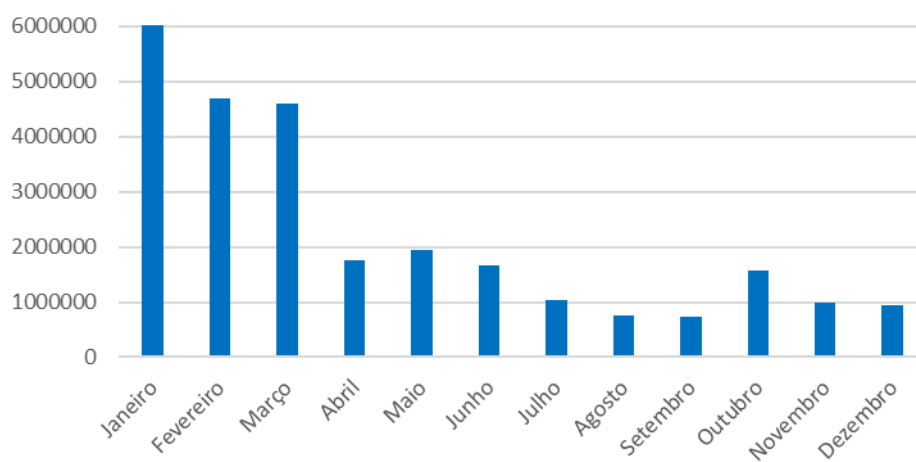
2.1.7. Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. O objetivo primordial desta lei é o controlo da execução orçamental e, em particular, da despesa pública constituindo um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais.

A Câmara Municipal de Avis, aprovou, nos termos do n.º 6 artigo 85º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, a exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Assim, os serviços municipais continuaram a calcular mensalmente os fundos disponíveis, como ferramenta de gestão, conforme se demonstra no gráfico seguinte.

Fundos Disponíveis



Por sua vez, o artigo 7º da LCPA, estabelece que a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso. Esta disposição legal foi cumprida durante o ano de 2023.

2.2. Análise Económico – Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do SNC-AP.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados.

2.2.1. Análise ao Balanço

O total do Ativo fixou-se em **48.479.327,25€** o que significa um aumento de 3.910.567,80€ face ao ano anterior. De seguida apresenta-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Rubricas	Datas	
	2023	2022
ATIVO		
Ativo não corrente	45 855 229,91 €	42 235 009,45 €
Ativos fixos tangíveis	45 179 448,05 €	41 549 228,16 €
Propriedades de investimento	153 125,55 €	159 883,95 €
Ativos intangíveis	3 235,92 €	6 476,95 €
Participações financeiras	519 373,00 €	519 373,00 €
Outros ativos financeiros	47,39 €	47,39 €
Ativo corrente	2 624 097,34 €	2 333 750,00 €
Inventários	117 309,68 €	150 341,64 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	630 372,85 €	205 719,13 €
Clientes, contribuintes e utentes	162 886,26 €	79 542,31 €
Estado e outros entes públicos	132 570,58 €	97 066,71 €
Outras contas a receber	325 846,60 €	471 815,13 €
Diferimentos	80 809,97 €	69 111,92 €
Caixa e depósitos	1 174 301,40 €	1 260 153,16 €
Total Ativo	48 479 327,25 €	44 568 759,45 €

Os ativos fixos tangíveis representam 93% do total do ativo tal como em 2022. Não se verifica variação percentual.

Os ativos intangíveis registaram uma redução de 3.241,03€ no valor escriturado, resultante de amortizações.

A participação financeira mantém o seu montante inalterável.

O ativo corrente reflete um aumento de 11% relativamente a 2022.

O saldo de disponibilidades, com um peso de 45% no ativo corrente reflete o seu peso determinante na componente corrente do ativo.

O Total do Património Líquido é de **41.966.157,21€**.

Rubricas	Datas	
	2023	2022
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património Líquido		
Património/Capital	65 413 899,17 €	65 413 899,17 €
Resultados transitados	-32 911 670,68 €	-30 913 201,70 €
Outras variações no património líquido	11 529 817,08 €	9 365 966,83 €
Resultado líquido do período	-2 065 888,36 €	-2 090 222,15 €
Total Património Líquido	41 966 157,21 €	41 776 442,15 €

Em relação ao passivo, o Município de Avis fechou o ano com um valor **6.513.170,04€**.

Rubricas	Datas	
	2023	2022
PASSIVO		
Passivo não corrente	1 332 492,26 €	434 078,71 €
Provisões	100 121,52 €	70 121,52 €
Financiamentos obtidos	284 313,89 €	363 957,19 €
Diferimentos	948 056,85 €	
Passivo corrente	5 180 677,78 €	2 358 238,59 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	27 323,37 €	405,00 €
Fornecedores	149 671,42 €	49 479,50 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	77 905,51 €	77 905,51 €
Estado e outros entes públicos	100 527,01 €	89 392,13 €
Financiamentos obtidos	79 743,01 €	149 314,48 €
Fornecedores de investimentos	140 097,30 €	86 178,69 €
Outras contas a pagar	701 029,50 €	701 455,98 €
Diferimentos	3 904 380,66 €	1 204 107,30 €
Total Passivo	6 513 170,04 €	2 792 317,30 €

Comparado com o período homólogo, o passivo não corrente aumenta em 898 mil euros. Foram constituídas provisões no valor de 100.121,52€ para dar cobertura a processos judiciais em curso. O passivo corrente 5.180.677,78€, constituído por fornecedores, estado e outros entes públicos, financiamentos obtidos, fornecedores de investimentos, outras contas a pagar e diferimentos aumenta em cerca de 2,822 milhões de euros.

2.2.2. Análise à Demonstração de Resultados

A demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.

Os Rendimentos do exercício fixaram-se em 9.664.517,09€ e os Gastos em 11.730.405,45€. O Resultado Líquido do Exercício negativo traduz-se no valor de 2.065.588,36€, influenciado pelo descrito no parágrafo seguinte.

O RLE é influenciado pelo facto das transferências de capital da Participação dos Impostos do Estado (PIE), FEF de capital e art.º 35º, transitam da DR para o Património Líquido, em POCAL estas rubricas relevam para o resultado na sua plenitude. Em SNC – AP apenas releva na proporção da sua especialização em função dos ativos que financiou. Em 2023 de 1.286.864,00€ releva apenas 205.745,95€.

Rubricas	Datas	
	2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	747 572,52 €	773 660,35 €
Vendas	425 898,31 €	298 913,14 €
Prestações de serviços e concessões	1 040 509,20 €	765 739,13 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 620 282,65 €	6 384 261,14 €
Prestações Sociais		
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-110 520,91 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-708 974,38 €	-801 429,46 €
Fornecimentos e serviços externos	-2 143 576,45 €	-2 230 142,98 €
Gastos com pessoal	-4 492 984,49 €	-4 341 782,18 €
Transferências e subsídios concedidos	-765 933,21 €	-569 988,26 €
Prestações sociais	-67 572,27 €	
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		116 221,80 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-21 127,40 €	
Provisões (aumentos/reduções)	-30 000,00 €	-70 121,52 €
Outros rendimentos	827 068,86 €	652 925,88 €
Outros gastos	-399 787,49 €	-311 688,54 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 031 375,85 €	556 047,59 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 063 878,96 €	-2 638 998,05 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	-2 032 503,11 €	-2 082 950,46 €
Juros e rendimentos similares obtidos	3 185,55 €	6 452,72 €
Juros e gastos similares suportados	-36 570,80 €	-13 724,41 €
Resultado antes de impostos	-2 065 888,36 €	-2 090 222,15 €
Resultado líquido do período	-2 065 888,36 €	-2 090 222,15 €

Pela análise aos gastos de 2023, podemos concluir que houve um crescimento de cerca de 642 mil

euros face a 2022 (idêntico ao aumento de 2021 para 2022), influenciado pelo crescimento de diversos gastos, nomeadamente gastos com pessoal, alugueres de equipamentos, limpeza higiene e conforto e taxas reguladas pela ERSAR.

Em relação aos rendimentos, em 2023 verifica-se, simultaneamente, um aumento face a 2022 no valor de cerca de 666 mil euros.

No que se refere a rendimentos relativos a vendas e prestação de serviços verifica-se um aumento significativo face ao ano transato.

As transferências no âmbito da descentralização de competências, Lei n.º 50/2018, de 16/08 totalizaram o valor de 601.942,00€.

2.2.3. Indicadores Económico – Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

Indicador	Rácio	2023		2022	
Autonomia Financeira	<u>Património Líquido</u>	41 966 157,21 €	0,87%	<u>41 776 442,15 €</u>	0,94%
	Ativo	48 479 327,25 €		44 568 759,45 €	
Solvabilidade	<u>Património Líquido</u>	41 966 157,21 €	6,44%	<u>41 776 442,15 €</u>	14,96%
	Passivo	6 513 170,04 €		2 792 317,30 €	
Liquidez geral	<u>Ativo Corrente</u>	2 624 097,34 €	0,51%	2 333 750,00 €	0,84%
	Passivo Corrente	5 180 677,78 €		2 792 317,30 €	
Liquidez reduzida	<u>Ativo Corrente - Inventários</u>	2 506 787,66 €	0,48%	<u>2 183 408,36 €</u>	0,78%
	Passivo Corrente	5 180 677,78 €		2 792 317,30 €	
Liquidez imediata	<u>Disponibilidades</u>	1 174 301,40 €	0,23%	<u>1 260 153,16 €</u>	0,45%
	Passivo Corrente	5 180 677,78 €		2 792 317,30 €	
Rendimentos do Património Líquido	<u>Resultado Líquido</u>	-2 065 888,36 €	-0,05%	<u>-2 090 222,15 €</u>	-0,05%
	Património Líquido	41 966 157,21 €		41 776 442,15 €	

2.2.4. Prazo Médio de Pagamentos

O prazo médio de pagamentos do Município de Avis, é no final de 2023 de 6 dias. No final de 2022 era de 5 dias.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C.

2.2.5. Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objetivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Caso o município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2023 do Município de Avis face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2023, não excede o limite de endividamento:

Capacidade de Endividamento				
Receita corrente		01/01/2023	31/12/2023	01/01/2024
2023		8 111 464,86 €	8 111 464,86 €	8 111 464,86 €
2022		7 627 123,02 €	7 627 123,02 €	7 627 123,02 €
2021		7 093 877,69 €	7 093 877,69 €	7 093 877,69 €
2020		7 158 191,97 €	7 158 191,97 €	
Média		7 293 064,23 €	7 293 064,23 €	7 610 821,86 €
Limite		10 939 596,34 €	10 939 596,34 €	11 416 232,79 €
Passivo				
202		405,00 €	27 323,37 €	27 323,37 €
221		49 479,50 €	149 671,42 €	149 671,42 €
23		2 530,97 €	- €	- €
242		19 096,66 €	21 257,45 €	21 257,45 €
244		22,35 €	43,07 €	43,07 €
245		70 273,12 €	79 226,49 €	79 226,49 €
25		513 271,67 €	364 056,90 €	364 056,90 €
271		86 178,69 €	140 097,30 €	140 097,30 €
276		77 905,11 €	77 905,51 €	77 905,51 €
277		44 299,78 €	50 341,91 €	50 341,91 €
2785		888,27 €	981,18 €	981,18 €
27892		1 431,70 €	1 741,56 €	1 741,56 €
2822		1 204 107,30 €	3 904 380,66 €	3 904 380,66 €
29		70 121,52 €	100 121,52 €	100 121,52 €
Passivo Total		2 140 011,64 €	4 917 148,34 €	4 917 148,34 €
Excecionado		- €	- €	- €
Credores por acréscimos		- €	0,00 €	0,00 €
Rendimentos a Reconhecer		- 1 204 107,30 €	-3 904 380,66 €	-3 904 380,66 €
Provisões		- 70 121,52 €	-100 121,52 €	-100 121,52 €
Operações de Tesourria		-45 424,03 €	-51 522,88 €	-51 522,88 €
Endividamento		820 358,79 €	861 123,28 €	861 123,28 €
Margem		10 119 237,55 €	10 119 237,55 €	10 119 237,55 €
Margem disponível 01-01-2023	40%	4 047 695,02 €		
Margem disponível 31-12-2023			4 006 930,53 €	
Margem a 01-01-2024				10 555 109,51 €
Margem disponível 01-01-2024	40%			4 222 043,80 €
Nível face à média		29,3%	67,4%	64,6%

A capacidade de endividamento em 01/01/2024 está condicionada pelo empréstimo autorizado em 2023 que aguarda visto do TdC (Tribunal de Contas). Assim e, tendo em conta a utilização da totalidade do empréstimo após visado, o município dispõe de uma margem de cerca de 3,2 milhões para contração de novos empréstimos.

Nota: O quadro apresentado não considera o impacto no endividamento das Associações de Municípios, e Participadas pelo motivo que à data as suas contas não são conhecidos pelo município.

3. Transferência de Competências

Lei n.º 50/2018, de 16/08 – Lei quadro de transferência de competências para as autarquias locais e comunidades intermunicipais

Pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foram transferidas para os municípios competências em diversos domínios cujo exercício se encontra na plena disponibilidade dos municípios desde 1 de janeiro de 2021, com exceção da Educação e Ação Social.

No caso concreto das competências transferidas no âmbito da Educação, foi ainda possível a opção pelo não exercício em 2021, considerando-se transferidas até 31 de março de 2022. O Município assumiu esta competência em 01/04/2022.

No que à Ação Social, foi possibilitada a prorrogação do prazo de transferência até 1 de janeiro de 2023. Apesar desta prorrogação, o Município assumiu a transferência em novembro de 2022, com a concretização do Protocolo celebrado com o CRIP'S.

3.1. Área da Educação

O Decreto Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na atual redação, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação.

Assim os municípios têm competências no planeamento, na gestão e na realização de investimentos em matéria de educação, que se traduzem nas seguintes competências específicas:

- a) Elaboração carta educativa;
- b) Elaboração do plano de transportes escolares;
- c) Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, em execução do planeamento definido pela carta educativa respetiva;
- d) Aquisição de equipamento de edifício escolar;
- e) Realização de intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação em estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino básico e secundário;
- f) Desenvolver a ação social escolar;
- g) Gestão do fornecimento de refeições em refeições escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- h) Organização e controlo do funcionamento dos transportes escolares da área de residência dos alunos, nos termos definidos no respetivo plano de transportes intermunicipal;

- i) Gestão e funcionamento das residências escolares que integram a rede oficial de residências para estudantes;
- j) Gestão e funcionamento das modalidades de colocação junto de famílias de acolhimento e alojamento facultado por entidades privadas, mediante estabelecimento de acordos de cooperação;
- k) Promoção e implementação de medidas de apoio à família que garantam a escola a tempo inteiro;
- l) Recrutamento e seleção de pessoal não docente para exercer funções nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede escolar pública do Ministério da Educação;
- m) Contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos;
- n) Gestão da utilização dos espaços que integram os estabelecimentos escolares, fora do período das atividades escolares, incluindo atividades de enriquecimento curricular.

As entidades intermunicipais têm competências de planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal, que se traduzem nas seguintes competências específicas:

- a) Elaboração do plano de transporte escolar intermunicipal adequado, para os estabelecimentos de educação de âmbito supramunicipal;
- b) Elaboração do plano plurianual da rede de oferta educativa.

As competências de contratualização ou cedência, a qualquer título, da criação e gestão de oferta pública da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário a entidades de natureza privada, cooperativa, solidária ou afim, mantêm-se na esfera da administração central.

O Despacho n.º 2356/2022, de 23 de fevereiro da Secretaria de Estado da Educação publica a lista nominativa, homologada de trabalhadores com vínculo de emprego público da carreira subsistente de chefe de serviços da Administração Escolar e das carreiras gerais de assistente técnico e de assistente operacional a transitar para o mapa de pessoal dos municípios a 31 de março de 2022. No caso do Município de Avis transitaram 27 assistentes operacionais e 6 assistentes técnicos.

O total de gastos diretos assumidos com a Educação a 31/12/2023, encontra-se discriminado no quadro abaixo:

Código de Descentralização		Tipo de Descentralização		Classificação Económica (Local)		Valor
Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação	
001	Educação	DS	Despesa	01010401 (D)	PESSOAL EM FUNÇÕES	252 918,47 €
001	Educação	DS	Despesa	01011301 (D)	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO - PESSOAL EM FUNÇÕES	33 214,80 €
001	Educação	DS	Despesa	01011401 (D)	SUB. FÉRIAS E NATAL - PESSOAL EM FUNÇÕES	48 014,42 €
001	Educação	DS	Despesa	01011502 (D)	REM. POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE - PESSOAL DO QUADRO	11 166,66 €
001	Educação	DS	Despesa	01020201 (D)	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	729,53 €
001	Educação	DS	Despesa	010205 (D)	ABONO PARA FALHAS	754,21 €
001	Educação	DS	Despesa	0103050201 (D)	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	7 022,88 €
001	Educação	DS	Despesa	0103050202 (D)	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	26 716,05 €
001	Educação	DS	Despesa	02010299 (D)	OUTROS	2 443,65 €
001	Educação	DS	Despesa	020104 (D)	LIMPEZA E HIGIENE	3 862,20 €
001	Educação	DS	Despesa	020105 (D)	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	115,20 €
001	Educação	DS	Despesa	020106 (D)	ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	54 440,41 €
001	Educação	DS	Despesa	020114 (D)	OUTRO MATERIAL - PEÇAS	0,71 €
001	Educação	DS	Despesa	020121 (D)	OUTROS BENS	2 965,31 €
001	Educação	DS	Despesa	020203 (D)	CONSERVAÇÃO DE BENS	2 632,79 €
001	Educação	DS	Despesa	020204 (D)	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	9 000,00 €
001	Educação	DS	Despesa	020208 (D)	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	1 537,50 €
001	Educação	DS	Despesa	020209 (D)	COMUNICAÇÕES	630,35 €
001	Educação	DS	Despesa	020218 (D)	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	25 731,24 €
001	Educação	DS	Despesa	020220 (D)	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	16 050,02 €
001	Educação	DS	Despesa	0701100201 (D)	AQUISIÇÃO	467,40 €
Total Despesas						500 413,80 €
001	Educação	RAC	Receitas Transferidas AC	0603010601 (R)	TRANSFERÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	469 142,00 €
001	Educação	RP	Receitas Próprias	0702080101 (R)	REFEIÇÕES ESCOLARES	9 865,05 €
Total Receitas						479 007,05 €

Os gastos assumidos pelo município relativamente à contratação de fornecimentos e serviços externos importa no valor de 119.876,78€, dos quais cerca de 55 mil euros referentes à aquisição de bens para fornecimento de refeições.

Os gastos com pessoal no valor de 380.537,02€, representam 76% do total dos gastos diretos suportados com a educação.

O total transferido, pelo Orçamento de Estado, para o Município de Avis na área da educação foi de 469.142€.

Nos termos do n.º 1 do artigo 62º do Decreto Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, transfere para os municípios a titularidade dos equipamentos educativos que integram a rede pública do Ministério da Educação, entendidos estes, nos termos do n.º 1 do artigo 9º do mesmo diploma como “o conjunto dos meios materiais, designadamente os edifícios escolares, o equipamento básico, o mobiliário, o material didático e os equipamentos tecnológico e desportivo, utilizados, ainda que não exclusivamente, para a conveniente realização da atividade educativa”.

Tendo presente o disposto no ponto 2.8.1. do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), ponto que não foi revogado pelo SNC – AP, estipula que as autarquias locais elaboram e mantêm atualizado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do seu património, a competência para a elaboração e manutenção do inventários dos bens educativos transferidos, encontra-se cometida aos municípios, sem prejuízo dos Agrupamentos de Escolas respetivos deverem facultar os inventários existentes.

Apesar de terem sido várias as solicitações e insistências por parte do Município de Avis, não foi até à data, facultada pelo Agrupamento de Escolas de Avis a listagem de inventário constitutivos do património para a transferência de ativos.

Nestes termos nas demonstrações financeiras do município não foram reconhecidos os ativos, assim como a contabilização das amortizações, com as respetivas implicações materiais para a gestão e controlo da atividade patrimonial da entidade.

Em dezembro de 2022, o município iniciou a intervenção da obra de requalificação da Escola EB 2, 3 Mestre de Avis, intervenção que passou pela demolição total das instalações existentes.

3.2. Área da Ação Social

O Decreto Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social

Decreto Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, prorroga o prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social.

Portaria n.º 63/2021, de 17 de março - Regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3º e do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais

Portaria n.º 64/2021, de 17 de março - Define, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 3º e do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, o exercício de competências de

coordenação administrativa e financeira do programa de contratos locais de desenvolvimento social pelas autarquias locais

Portaria n.º 65/2021, de 17 de março - Estabelece os termos de operacionalização da transição de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI para as câmaras municipais, tendo em consideração o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3º e no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto

Portaria n.º 66/2021, de 17 de março - Regula o disposto nas alíneas b), c) e i) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e o disposto na secção II do capítulo II do referido decreto-lei, designadamente a criação das cartas sociais municipais e supramunicipais e fixa os respetivos conteúdos, regras de atualização e de divulgação, bem como os procedimentos de revisão

Despacho n.º 9817-A/2021, de 8 de outubro, publica o Mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da ação social.

No âmbito da transferência de competências na área da Ação Social, o Município de Avis assinou um Protocolo por um período de um ano, com início em novembro de 2022 no valor de 40 mil euros, com o CRIPS (Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor) para suportar os encargos com 3 técnicos daquela entidade que prestarão serviços na área do Município de Avis, tendo sido prorrogado por mais um ano. Em 2023 o total é executado é de 31.319,55€.

Código de Descentralização		Tipo de Descentralização		Classificação Económica (Local)		Valor
Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação	
002	Ação Social	DS	Despesa	020201 (D)	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	157,59 €
002	Ação Social	DS	Despesa	04070105 (D)	INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL	31 319,55 €
002	Ação Social	DS	Despesa	04080202 (D)	OUTRAS	260,89 €
002	Ação Social	DS	Despesa	06020101 (D)	IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA	12,08 €
Total Despesas						31 750,11 €
002	Ação Social	RAC	Receitas Transferidas AC	0603010602 (R)	TRANSFERÊNCIAS NA ÁREA DA ACÇÃO SOCIAL	92 380,00 €
Total Receitas						92 380,00 €

Nos termos do FFD (Fundo de Financiamento da Descentralização), em 2023 foi transferida para o município a importância de 92.380€.

Os gastos diretos ficam aquém dos gastos efetivos nesta área de transferência, tendo sido desenvolvido ao longo do ano de 2023 um trabalho muito significativo e abrangente nesta área. Nomeadamente, serviço de transporte de técnicos para atendimento e apoio nas diversas

freguesias do concelho (assegurado semanalmente), material de desgaste rápido, material para pequenas conservações e reparações e despesas correntes suportadas por fundo de maneió próprio.

4. Acontecimentos Após a Data de Relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido do período de 2023, no montante de **-2.065.888,36€**, seja transferido para a conta «561 - Resultados Transitados - períodos anteriores», nos termos previstos no Anexo às Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, aprovado pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Avis, abril de 2024

6. Documentos de Prestação de Contas – Demonstrações
Financeiras

6.1. Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente		45 855 229,91 €	42 235 009,45 €
Ativos fixos tangíveis	5	45 179 448,05 €	41 549 228,16 €
Propriedades de investimento	8	153 125,55 €	159 883,95 €
Ativos intangíveis	3	3 235,92 €	6 476,95 €
Participações financeiras	18	519 373,00 €	519 373,00 €
Clientes, contribuintes e utentes			
Outros ativos financeiros		47,39 €	47,39 €
Ativo corrente		2 624 097,34 €	2 333 750,00 €
Inventários	10	117 309,68 €	150 341,64 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	630 372,85 €	205 719,13 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	162 886,26 €	79 542,31 €
Estado e outros entes públicos	18	132 570,58 €	97 066,71 €
Outras contas a receber	18	325 846,60 €	471 815,13 €
Diferimentos	29	80 809,97 €	69 111,92 €
Caixa e depósitos	11	1 174 301,40 €	1 260 153,16 €
Total Ativo		48 479 327,25 €	44 568 759,45 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital	30	65 413 899,17 €	65 413 899,17 €
Resultados transitados	30	-32 911 670,68 €	-30 913 201,70 €
Outras variações no património líquido	30	11 529 817,08 €	9 365 966,83 €
Resultado líquido do período	30	-2 065 888,36 €	-2 090 222,15 €
Total Património Líquido		41 966 157,21 €	41 776 442,15 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		1 332 492,26 €	434 078,71 €
Provisões	15	100 121,52 €	70 121,52 €
Financiamentos obtidos	25	284 313,89 €	363 957,19 €
Diferimentos	29	948 056,85 €	
Passivo corrente		5 180 677,78 €	2 358 238,59 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	27 323,37 €	405,00 €
Fornecedores	18	149 671,42 €	49 479,50 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	77 905,51 €	77 905,51 €
Estado e outros entes públicos	18	100 527,01 €	89 392,13 €
Financiamentos obtidos	25	79 743,01 €	149 314,48 €
Fornecedores de investimentos	18	140 097,30 €	86 178,69 €
Outras contas a pagar	18	701 029,50 €	701 455,98 €
Diferimentos	29	3 904 380,66 €	1 204 107,30 €
Total Passivo		6 513 170,04 €	2 792 317,30 €
Total Património Líquido e Passivo		48 479 327,25 €	44 568 759,45 €

6.2. Demonstração de Resultados

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14 / 21	747 572,52 €	773 660,35 €
Vendas	13 / 21	425 898,31 €	298 913,14 €
Prestações de serviços e concessões	13 / 21	1 040 509,20 €	765 739,13 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13 / 21	6 620 282,65 €	6 384 261,14 €
Prestações Sociais			
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			-110 520,91 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-708 974,38 €	-801 429,46 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-2 143 576,45 €	-2 230 142,98 €
Gastos com pessoal	22 / 23	-4 492 984,49 €	-4 341 782,18 €
Transferências e subsídios concedidos	22 / 24	-765 933,21 €	-569 988,26 €
Prestações sociais	22 / 25	-67 572,27 €	
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9		116 221,80 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-21 127,40 €	
Provisões (aumentos/reduções)		-30 000,00 €	-70 121,52 €
Outros rendimentos	21	827 068,86 €	652 925,88 €
Outros gastos	22	-399 787,49 €	-311 688,54 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 031 375,85 €	556 047,59 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	26	-3 063 878,96 €	-2 638 998,05 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-2 032 503,11 €	-2 082 950,46 €
Juros e rendimentos similares obtidos	21	3 185,55 €	6 452,72 €
Juros e gastos similares suportados	22	-36 570,80 €	-13 724,41 €
Resultado antes de impostos		-2 065 888,36 €	-2 090 222,15 €
Resultado líquido do período		-2 065 888,36 €	-2 090 222,15 €

6.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 078 017,27 €	916 903,57 €
Recebimentos de contribuintes		758 630,76 €	302 339,62 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 467 741,71 €	6 309 110,90 €
Recebimentos de utentes		56 300,07 €	65 902,78 €
Pagamentos a fornecedores		-2 741 204,57 €	-2 880 351,28 €
Pagamentos ao pessoal		-4 485 725,95 €	-4 217 226,55 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-521 208,31 €	-471 007,89 €
Caixa gerada pelas operações		612 550,98 €	25 671,15 €
Outros recebimentos/pagamentos		2 347 279,99 €	177 452,17 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 959 830,97 €	203 123,32 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-5 248 116,67 €	-1 873 708,48 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-7 638,30 €	-2 063,94 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		20 000,00 €	62 276,71 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		57 780,45 €	43 657,56 €
Recebimentos - Transferências de capital		2 311 293,01 €	1 317 745,85 €
Recebimentos - Dividendos		3 134,63 €	6 401,80 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 863 546,88 €	-445 690,50 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		50,92 €	50,92 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-149 210,46 €	-189 533,36 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-32 976,31 €	-23 476,09 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-182 135,85 €	-212 958,53 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-85 851,76 €	-455 525,71 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		1 260 153,16 €	1 715 678,87 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		1 174 301,40 €	1 260 153,16 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		1 260 153,16 €	1 715 678,87 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		1 260 153,16 €	1 715 678,87 €
SGA De execução orçamental		1 214 729,13 €	1 658 100,15 €
SGA De operações de tesouraria		45 424,03 €	57 578,72 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		1 174 301,40 €	1 260 153,16 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		1 174 301,40 €	1 260 153,16 €
SGS De execução orçamental		1 122 778,52 €	1 214 729,13 €
SGS De operações de tesouraria		51 522,88 €	45 424,03 €

6.4. Demonstração de Alterações ao Património Líquido

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido		
		Capital / Património	Acções (quotas)	Outros instrum. de capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património	Resultado líquido do			TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		65 413 899,17 €					-30 913 201,70 €				9 365 966,83 €	-2 090 222,15 €	41 776 442,15 €		41 776 442,15 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)							-1 998 468,98 €				2 163 850,25 €	2 090 222,15 €	2 255 603,42 €		2 255 603,42 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respetivas variações											1 302 767,85 €		1 302 767,85 €		1 302 767,85 €
Transferências e subsídios de capital															
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							-1 998 468,98 €				868 804,35 €	2 090 222,15 €	960 557,52 €		960 557,52 €
Correção de erros materiais											-7 721,95 €		-7 721,95 €		-7 721,95 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)												-2 065 888,36 €	-2 065 888,36 €		-2 065 888,36 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)												24 333,79 €	189 715,06 €		189 715,06 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)															
Subscrições de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
Subscrições de prémios de emissão															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		65 413 899,17 €					-32 911 670,68 €				11 529 817,08 €	-2 065 888,36 €	41 966 157,21 €		41 966 157,21 €

7. Anexo às Demonstrações Financeiras

7.1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Identificação da entidade e período de relato

Designação: Município de Avis

Endereço: Largo Cândido dos Reis, n.º 11

NIF: 502 789 824

7.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

7.3. Órgãos de Gestão

Câmara Municipal

Presidente – Nuno Paulo Augusto da Silva

Vereadora (Vice-Presidente) – Inês Filipe Pereira da Fonseca (em regime de permanência)

Vereador – Rui Miguel Delicado Nunes (sem pelouros atribuídos)

Vereadora – Salomé Nobre Marques Guilhermino (em regime de permanência)

Vereadora – Maria Margarida de Abreu Narciso Pacheco Quental (sem pelouros atribuídos)

Assembleia Municipal

Composta por 15 eleitos diretos e por 6 presidentes de juntas de freguesia.

7.4. Recursos Humanos

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Avis a 31 de dezembro de 2023, totaliza 207.

7.5. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e Depósitos Bancários em 31 de dezembro de 2023, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

Nota 11 DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

Conta	Designação	31/12/2023	31/12/2022
11.	Caixa	704,69 €	395,16 €
	Depósitos à ordem		
12.2	Depósitos bancários à ordem	1 122 073,83 €	1 183 106,24 €
	Outros depósitos		
13.2	Depósitos consignados	51 522,88 €	76 651,76 €
13.3	Depósitos de garantias e caucões	0,00 €	0,00 €
TOTAL		1 174 301,40 €	1 260 153,16 €

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

DFC

Designação	31/12/2023	31/12/2022
- Execução orçamental	1 122 778,52	1 214 729,13
- Operações de tesouraria	51 522,88	45 424,03
Saldo da gerência	1 174 301,40 €	1 260 153,16 €

7.6. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

7.6.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Avis. Apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as demonstrações financeiras garantem consistência na apresentação de um período para o outro. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, não se encontra sujeita a compensações entre gastos e rendimentos, ou entre ativos e passivos, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

7.6.2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

7.6.2.1. *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. No caso dos prédios rústicos e urbanos, para os quais, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o Município de Avis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos

tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

7.6.2.2. Propriedades de investimento

Se existentes as propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

7.6.2.3. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de

desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

7.6.2.4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município de Avis controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Na situação do Município de Avis encontram-se sujeito a esta contabilização o acordo de concessão da energia elétrica em baixa e iluminação pública, cuja concessão se encontra cedida à E-Redes.

7.6.2.5. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através

deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

7.6.2.6. Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

O método de equivalência patrimonial é aplicado na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controle.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as

provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No Município de Avis não existem participações financeiras sujeitas ao método de equivalência patrimonial.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

7.6.2.7. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos “Ativos não geradores de Caixa”, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos “Ativos geradores de Caixa”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

7.6.2.8. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor

realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo município é o Custo Médio Ponderado.

7.6.2.9. *Instrumentos financeiros*

O município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

– Clientes; Contas a receber; Fornecedores; Contas a pagar; Financiamentos obtidos;

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Cientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal. Pela sua insignificância ou inexistências não se procedeu à sua atualização pelo justo valor,

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que durante o período de relato não existiram investimentos em curso alavancados pelos empréstimos

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

7.6.2.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

7.6.2.11. Regime do acréscimo

O município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

O município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação nos rendimentos de transações com contraprestação. O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Avis, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

O reconhecimento do rendimento de transações sem contraprestação é processado tendo em conta o prescrito na NCP 14.

- **Vendas e prestações de serviços**

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

- **Impostos, contribuições e taxas**
- **Transferências e subsídios correntes obtidos**

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não

depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

7.6.2.12. Julgamentos e estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do município efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do município.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do município, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o município considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do município e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas.

7.6.2.13. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Avis mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação, para além da referência, em especial, neste exercício, tal como no anterior, da doença COVID – 19.

7.6.2.14. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, o município atualizou as vidas úteis dos seus edifícios e outras construções para os AFT e PI de acordo com o CC2. Esta situação originou uma menor vida útil remanescente para a maioria dos seus edifícios e, conseqüentemente, um aumento do valor das depreciações por exercício.

7.7. Notas às Demonstrações Financeiras

Nota 3 – Ativos intangíveis

3.1 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

a) Bases de mensuração

No exercício de 2023 verificou-se uma variação no ativo bruto dos ativos intangíveis o que significa que se registaram adições no valor de 3.874,50€.

b) As vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As vidas úteis estimadas têm por base o Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC – AP.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no valor de 7.115,53€, totalizando as amortizações acumuladas o valor de 582.044,25€.

c) Método de depreciação

O método de depreciação usado é o das quotas constantes em regime duodecimal. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no valor de 7.115,53€.

d) Quantia escriturada bruta e líquida

No final do exercício o valor escriturado era de 3.235,92€.

Seguem-se os quadros à nota 3 com a discriminação dos respetivos valores:

Nota 3.1 AI - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS								
RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Ativos Intangíveis	581 405,67 €	574 928,72 €		6 476,95 €	585 280,17 €	582 044,25 €		3 235,92 €
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico,								
441 Goodwill								
442 Projetos de desenvolvimento	173 983,50 €	168 811,35 €		5 172,15 €	173 983,50 €	173 983,50 €		
443 Programas de computador e sistemas de informação	407 422,17 €	406 117,37 €		1 304,80 €	411 296,67 €	408 060,75 €		3 235,92 €
444 Propriedade industrial e								
446 Outros								
454 Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	581 405,67 €	574 928,72 €		6 476,95 €	585 280,17 €	582 044,25 €		3 235,92 €

Nota 3.2 AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final		
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período		Diferenças cambiais	Diminuições
Ativos Intangíveis		6 476,95 €	3 874,50 €						-7 115,53 €		3 235,92 €
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
441 Goodwill											
442 Projetos de desenvolvimento		5 172,15 €							-5 172,15 €		
443 Programas de computador e sistemas de informação		1 304,80 €	3 874,50 €						-1 943,38 €		3 235,92 €
444 Propriedade industrial e intelectual											
446 Outros											
454 Ativos intangíveis em curso											
TOTAL		6 476,95 €	3 874,50 €						-7 115,53 €		3 235,92 €

Nota 3.3 AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos Intangíveis			3 874,50 €								3 874,50 €
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico,											
441 Goodwill											
442 Projetos de desenvolvimento											
443 Programas de computador e sistemas de informação			3 874,50 €								3 874,50 €
444 Propriedade industrial e											
446 Outros											
454 Ativos intangíveis em curso											
TOTAL			3 874,50 €								3 874,50 €

O valor escriturado de bens totalmente depreciados e em uso é de 405.225,16€, conforme apresentado no quadro abaixo.

Nota 3.5 AI - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO		
Rúbrica	Designação	Valor
443	Programas de computador e sistemas de informação	405 225,16 €
	TOTAL	405 225,16 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

O Município detém um contrato de concessão de serviços, cujo objeto consiste na distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Avis.

Nota 4 - CONTRATOS CONCESSÃO (CONCEDENTE)							
Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição	Serviço Público	20	3 828 984,71 €	-	-	-

A CNC (Comissão de Normalização Contabilística) emitiu uma resposta relativamente às concessões de energia elétrica em baixa, onde refere que “no pressuposto que o contrato aludido se assemelha àqueles a que temos vindo a dar repostas de enquadramento, existirão características que expressam uma relação entre a empresa concessionária e o concedente município que parecem consubstanciar um contrato regulado pela NCP 4, a saber:

- Serviço público atribuído aos municípios;
- Preço e prestação do serviço regulado por diploma legal;
- Valor residual associado à valorização dos bens.”

Estas características encontram-se aferidas em sede contratual.

Quanto ao modelo, a experiência passada pela CNC, vai no sentido destes contratos terem subjacentes a cobrança de tarifas efetuada pelo concessionário diretamente aos utilizadores, o que consubstancia um modelo de atribuição de um direito, atribuído contratualmente.

Tratando-se de uma concessão, é necessário que o município detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquela concessão e respetivas vidas úteis, que permita o

adequado reconhecimento de tais ativos e a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis. Assim, a CNC enquadra estes contratos na NCP 4.

O Decreto-Lei 15/2022, publicado em 14 de janeiro de 2022, estabelece na alínea 3 do artigo 285º, que a E-REDES, enquanto concessionário da rede de distribuição de eletricidade em Baixa Tensão, deverá remeter anualmente ao concedente o cadastro atualizado dos ativos em uso na concessão, “até à efetiva entrada em operação do adjudicatário na operação da concessão, o concessionário da rede de distribuição de eletricidade em BT remete, anualmente, ao concedente o cadastro atualizado em formato digital aberto, discriminando:

- a) Ativos específicos de uma concessão, onde se incluem todos os ativos identificados como estando afetos a uma concessão específica;
- b) Ativos partilhados por conjunto de concessões, mediante a identificação dos ativos que estão a ser alvo de uma utilização partilhada e das respetivas que estão a beneficiar dessa utilização;”

Em junho de 2023, foram disponibilizados os ativos em concessão relativos ao ano de 2022 e, embora não completos, nomeadamente por não referir a data (no mínimo mês de entrada em funcionamento, mas apenas o ano, permitiram, ainda assim, proceder ao seu reconhecimento.

Terminado que está o período de transição POCAL/SNC-AP, determinado pela IPSAS 33, os ajustamentos agora reconhecidos relativos a períodos anteriores, dada a sua materialidade, foram reconhecidos na conta 56.2 – Regularizações, não gerando, porém, qualquer variação no seu valor ilíquido conforme demonstrado no quadro abaixo e discriminado nos pontos [1] a [5].

1 Reconhecimento do rendimento a reconhecer, pelo reconhecimento em ativo
2 Reconhecimento das depreciações acumuladas
3 Reconhecimento dos subsídios associados ao investimento
4 Reconhecimento do subsídio a reconhecer em rendimento de exercícios anteriores
5 Reconhecimento das rendas de exercícios anteriores
6 Reconhecimento das depreciações do exercício
7 Reconhecimento do subsídio a reconhecer em rendimento
8 Transferência da renda para curto prazo
9 Reconhecimento da renda de 2023

43.0.3.9.3		43.8.0.3.3	
[1] Valor Bruto			[2] Dep Acumuladas
3 828 984,71 €			2 469 983,88 €
			[6] Dep Exerc 2023
			110 288,21 €
28.2.4.09.2.1 Acordos Concessão Serv E-Redes >12 meses)		59.3.1.5.1	
[3] Compartição	[1] Valor Bruto	[4] DA Participação	[3] Compartição
971 966,43 €	3 828 984,71 €	637 997,12 €	971 966,43 €
[5] Rendas ex. anteriores		[7] Espec da Participação	
1 831 986,76 €		33 313,54 €	
[8] C Prazo			300 655,77 €
76 974,67 €			
	948 056,85 €		
28.2.4.99.1.1 Acordos Concessão Serv E-Redes <=12 meses)		56.2	
[9] Espec da Renda Concessão	[8] C Prazo	[2] Dep Acumuladas	[4] DA Participação
76 974,67 €	76 974,67 €	2 469 983,88 €	637 997,12 €
			[5] Rendas ex. anteriores
			1 831 986,76 €
			78.8.3.5.01
			[7] Espec da Participação
			33 313,54 €
64.2.0.3.9.2		72.05.09.1	
[6] Dep Exerc 2023			[9] Espec da Renda Concessão
110 288,21 €			76 974,67 €

Os efeitos nas demonstrações financeiras do ano N são nulos, dado que o aumento dos gastos com depreciações dos ativos em concessão são equivalentes aos rendimentos gerados pela mesma. O reconhecimento, apenas em 2023, do contrato de concessão gerou variações nas demonstrações financeiras, ao nível do balanço.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

b) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificados Complementar 2 (CC2) do SNC – AP.

c) Método de depreciação

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta.

d) Quantia escriturada bruta e líquida

No exercício de 2023, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Nota 5.1 AFT - VARIACÃO DAS DEPREIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS								
RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	73 944 881,58 €	48 297 981,07 €		25 646 900,51 €	74 524 770,96 €	50 672 353,52 €		23 852 417,44 €
Terrenos e recursos naturais	2 947 307,50 €			2 947 307,50 €	2 947 307,50 €			2 947 307,50 €
Edifícios e outras construções	2 965 767,23 €	2 016 742,20 €		949 025,03 €	2 965 767,23 €	2 116 825,62 €		848 941,61 €
Infraestruturas	67 818 520,08 €	46 270 172,25 €		21 548 347,83 €	68 398 409,46 €	48 538 211,26 €		19 860 198,20 €
Património histórico, artístico e cultural	213 286,77 €	11 066,62 €		202 220,15 €	213 286,77 €	17 316,64 €		195 970,13 €
Outros								
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	26 109 943,13 €	10 207 615,48 €		15 902 327,65 €	30 731 387,38 €	10 653 069,38 €		20 078 318,00 €
Terrenos e recursos naturais	3 400 825,77 €			3 400 825,77 €	3 403 325,77 €			3 403 325,77 €
Edifícios e outras construções	13 827 174,30 €	5 439 487,73 €		8 387 686,57 €	16 090 833,67 €	5 711 768,80 €		10 379 064,87 €
Equipamento básico	2 307 328,27 €	1 900 227,33 €		407 100,94 €	2 467 967,90 €	1 993 710,21 €		474 257,69 €
Equipamento de transporte	2 308 050,38 €	1 671 522,12 €		636 528,26 €	2 361 212,96 €	1 712 971,43 €		648 241,53 €
Equipamento administrativo	675 036,78 €	641 980,72 €		33 056,06 €	701 478,92 €	659 520,24 €		41 958,68 €
Equipamentos biológicos	4 542,87 €			4 542,87 €	4 542,87 €			4 542,87 €
Outros	634 942,93 €	554 397,58 €		80 545,35 €	701 016,23 €	575 098,70 €		125 917,53 €
Ativos fixos tangíveis em curso	2 952 041,83 €			2 952 041,83 €	5 001 009,06 €			5 001 009,06 €
TOTAL	100 054 824,71 €	58 505 596,55 €		41 549 228,16 €	105 256 158,34 €	61 325 422,90 €		43 930 735,44 €

Nota 5.2 AFT - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES NO PERÍODO

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	25 646 900,51 €	579 889,38 €					-2 374 372,45 €		23 852 417,44 €
Terrenos e recursos naturais	2 947 307,50 €								2 947 307,50 €
Edifícios e outras construções	949 025,03 €						-100 083,42 €		848 941,61 €
Infraestruturas	21 548 347,83 €	579 889,38 €					-2 268 039,01 €		19 860 198,20 €
Património histórico, artístico e cultural	202 220,15 €						-6 250,02 €		195 970,13 €
Outros									
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão		3 828 984,71 €					-2 580 272,10 €		1 248 712,61 €
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso		3 828 984,71 €					-2 580 272,10 €		1 248 712,61 €
Outros ativos fixos tangíveis	15 902 327,65 €	9 226 772,55 €	-1 364 432,10 €				-565 344,09 €	-3 121 006,01 €	20 078 318,00 €
Terrenos e recursos naturais	3 400 825,77 €	2 500,00 €							3 403 325,77 €
Edifícios e outras construções	8 387 686,57 €	879 402,36 €	1 384 257,01 €				-272 281,07 €		10 379 064,87 €
Equipamento básico	407 100,94 €	160 639,63 €					-93 482,88 €		474 257,69 €
Equipamento de transporte	636 528,26 €	171 602,78 €					-159 889,51 €		648 241,53 €
Equipamento administrativo	33 056,06 €	27 892,13 €					-18 989,51 €		41 958,68 €
Equipamentos biológicos	4 542,87 €								4 542,87 €
Outros	80 545,35 €	66 073,30 €					-20 701,12 €		125 917,53 €
Ativos fixos tangíveis em curso	2 952 041,83 €	7 918 662,35 €	-2 748 689,11 €					-3 121 006,01 €	5 001 009,06 €
TOTAL	41 549 228,16 €	13 635 646,64 €	-1 364 432,10 €				-5 519 988,64 €	-3 121 006,01 €	45 179 448,05 €

5.3 AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		579 889,38 €									579 889,38 €
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas		579 889,38 €									579 889,38 €
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		9 207 583,99 €		19 188,56 €							9 226 772,55 €
Terrenos e recursos naturais		2 500,00 €									2 500,00 €
Edifícios e outras construções		879 402,36 €									879 402,36 €
Equipamento básico		160 639,63 €									160 639,63 €
Equipamento de transporte		154 779,34 €		16 823,44 €							171 602,78 €
Equipamento administrativo		25 527,01 €		2 365,12 €							27 892,13 €
Equipamentos biológicos											
Outros		66 073,30 €									66 073,30 €
Ativos fixos tangíveis em curso		7 918 662,35 €									7 918 662,35 €
TOTAL		9 787 473,37 €		19 188,56 €							

5.4 AFT - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES						
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis					-3 121 006,01 €	-3 121 006,01 €
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso					-3 121 006,01 €	-3 121 006,01 €
TOTAL					-3 121 006,01 €	-3 121 006,01 €

Nota 5.6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO		
Conta	Designação	Valor
4301	Bens de Domínio Público - Terrenos	0,00 €
4302	Bens de Domínio Público - Edifícios e outras construções	204 185,00 €
4303	Infraestruturas do domínio público	3 899 644,51 €
4304	Bens de Domínio Público - Património histórico, artístico e cultural	650,00 €
431	Terrenos	0,00 €
432	Edifícios e outras construções	582 515,57 €
433	Equipamento básico	1 610 196,47 €
434	Equipamento de transporte	1 211 523,38 €
435	Equipamento administrativo	506 249,15 €
436	Equipamento biológico	0,00 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	525 141,06 €
	TOTAL	8 540 105,14 €

O valor escriturado de bens totalmente depreciados, mas ainda em uso é de 8.540.105,14€. Predominante são infraestruturas, equipamento básico e de transporte.

Nota 6 – Locações

6.1 – Locações financeiras – Locatário

Não aplicável ao Município de Avis.

6.2 – Locações operacionais – Locatário

Não aplicável ao Município de Avis.

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

a) Política contabilística

O Município reconhece os custos de empréstimos obtidos como gastos do período e que são suportados.

b) Custo de empréstimo obtidos

No final do exercício de 2023 o município tinha 3 empréstimos contratados, enquadrados no artigo 51º do REFALEI, destinados a financiar investimentos.

De acordo com o quadro dos respetivos contratos o município irá liquidar esses empréstimos até ao final de 2033, num quadro de encargos plurianuais relativos a amortizações conforme quadros seguintes:

Financiamentos	31.12.2023			31.12.2022		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos financiamento	79 743,01 €	284 313,89 €	364 056,90 €	149 314,48 €	363 957,19 €	513 271,67 €
- CGD	79 743,01 €	284 313,89 €	364 056,90 €	112 100,56 €	363 957,19 €	476 057,75 €
- CCAM	- €	- €	- €	37 213,92 €	- €	37 213,92 €
TOTAL	79 743,01 €	284 313,89 €	364 056,90 €	149 314,48 €	363 957,19 €	513 271,67 €

ANOS	CGD	CCAM
2024	80 218,06 €	
2025	73 323,24 €	
2026	28 125,00 €	
2027	28 125,00 €	
2028	28 125,00 €	
2029	28 125,00 €	
2030	28 125,00 €	
2031	28 125,00 €	
2032	28 125,00 €	
2033	14 062,50 €	
Totais	364 478,80 €	- €

Mapa de Empréstimos – modelo TC

Tipo	Identificação do empréstimo		Capital		Condições				Outros encargos	Pagamentos efetuados							Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)					
	N.º do contrato	Finalidade do empréstimo	Contratado	Utilizado	Taxa de juro					Amortização do capital			Juros			Outros encargos - Comissões			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12		Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014			
					Inicial	Atual	Spread	Comissões		Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N											
Curto Prazo			- €	0					- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total CP			- €	- €					- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Médio e Longo Prazo Não isentos			- €	0					- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
SubTotal			- €	- €					- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Médio e Longo Prazo	PT00339015003746491	Sanamento Financeiro	499 577,00 €	499 577,00 €					435 084,38 €	32 360,88 €	- €	128 901,18 €	681,99 €		128,10 €	8,30 €	- €	- €	- €	- €	32 360,88 €	- €	31 066,98 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	PT00339015004417791	Investimentos diversos	606 727,00 €	606 727,00 €					497 238,01 €	35 725,31 €	73 185,41 €	129 720,02 €	1 500,83 €	3 928,46 €	128,10 €	8,30 €	16,60 €	- €	- €	- €	108 910,72 €	73 185,21 €	36 046,92 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	PT00339015008029791	Obras	450 000,00 €	450 000,00 €					154 687,50 €	28 125,00 €	267 187,50 €	146 545,12 €	18 325,93 €	105 171,48 €	135,80 €	16,00 €	152,00 €	- €	- €	- €	295 312,50 €	267 187,50 €	- €	32 142,86 €	- €	- €	- €	- €	
	PT00339015008030091	Aquisição de viatura RSU	150 000,00 €	150 000,00 €					110 526,34 €	15 789,46 €	23 684,19 €	130 173,12 €	1 953,93 €	23 684,19 €	135,80 €	16,00 €	24,00 €	- €	- €	- €	39 473,65 €	23 684,19 €	- €	15 000,00 €	- €	- €	- €	- €	
	58019434029	Investimentos diversos	543 000,00 €	487 000,00 €					449 929,74 €	37 213,92 €	- €	128 219,19 €	- €		199,80 €	80,00 €	- €	- €	- €	- €	37 213,92 €	- €	40 886,57 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
SubTotal			2 249 304,00 €	2 193 304,00 €	- €	- €	- €	- €	1 647 465,97 €	149 214,57 €	364 057,10 €	663 558,63 €	22 462,68 €	132 784,13 €	727,60 €	128,60 €	192,60 €	- €	- €	- €	513 271,67 €	364 056,90 €	108 000,47 €	47 142,86 €	- €	- €	- €	- €	
Total MLP			2 249 304,00 €	2 193 304,00 €	- €	- €	- €	- €	1 647 465,97 €	149 214,57 €	364 057,10 €	663 558,63 €	22 462,68 €	132 784,13 €	727,60 €	128,60 €	192,60 €	- €	- €	- €	513 271,67 €	364 056,90 €	108 000,47 €	47 142,86 €	- €	- €	- €	- €	
Total Geral			2 249 304,00 €	2 193 304,00 €	- €	- €	- €	- €	1 647 465,97 €	149 214,57 €	364 057,10 €	663 558,63 €	22 462,68 €	132 784,13 €	727,60 €	128,60 €	192,60 €	- €	- €	- €	513 271,67 €	364 056,90 €	108 000,47 €	47 142,86 €	- €	- €	- €	- €	

(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar

(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas

(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total

Nota 8 – Propriedades de investimento

a) Bases de Mensuração

Os ativos reconhecidos como propriedades e investimento encontram-se valorizados ao custo.

b) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificados Complementar 2 (CC2) do SNC – AP.

c) Método de depreciação

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta.

d) Quantia escriturada bruta e líquida

No exercício de 2023, os movimentos ocorridos na quantia escriturada das propriedades de investimento, foram os seguintes:

Nota 8.1 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO- QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS
DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	Diminuições	
Propriedades de Investimento					
Terrenos e recursos naturais					- €
Edifícios e outras construções	159 883,95 €	- €	- 6 758,40 €	- €	153 125,55 €
TOTAL	159 883,95 €	- €	- 6 758,40 €	- €	153 125,55 €

Nota 9 – Imparidades de ativos

Nota 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2023		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	Gerador de caixa	630 372,85 €	- €	630 372,85 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	224 871,51 €	61 985,27 €	162 886,24 €
Outras contas a receber	Gerador de caixa	325 846,60 €	- €	325 846,60 €
Mercadorias	Gerador de caixa	264,39 €	- €	264,39 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	122 869,24 €	5 823,95 €	117 045,29 €
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	519 420,39 €		519 420,39 €
Propriedades de investimento	Gerador de caixa	- €		- €
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	104 323 914,37 €		104 323 914,37 €
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	585 280,17 €		585 280,17 €

Nota 10 – Inventários

Os inventários encontram-se mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inicial inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas condições atuais.

O método de custeio adotado pelo município é o custo médio ponderado.

Inventários: movimentos do período

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

Nota 10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	267,53 €	263 648,50 €	263 651,64 €						264,39 €
Matérias primas, subsidiárias	150 074,11 €	412 293,92 €	445 322,74 €		- €	- €	- €	- €	117 045,29 €
TOTAL	150 341,64 €	675 942,42 €	708 974,38 €	- €	- €	- €	- €	- €	117 309,68 €

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados: (i) quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador; (ii) quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse; (iii) quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado; (iv) quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; (v) quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Quantia de cada categoria de rendimentos

A quantia de cada categoria significativa de rendimentos reconhecida durante o período e a seguinte:

Nota 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

	31/12/2023	31/12/2022
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	1 040 509,20 €	765 739,13 €
Venda de bens	425 898,31 €	298 913,14 €
Juros	- €	- €
Royalties	- €	- €
Dividendos ou distribuições similares	3 185,55 €	6 452,72 €
Rendas em propriedades de investimento	39 842,59 €	42 476,40 €
Outros rendimentos	63 951,66 €	75 572,03 €
TOTAL	1 573 387,31 €	1 189 153,42 €

Os rendimentos de transações com contraprestações representam apenas 10,7% do total de rendimentos inscritos na demonstração de resultados por natureza.

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Embora exista uma parte do rendimento obtido através de taxas, este rendimento foi igualmente incluído nas transações sem contraprestação.

Nas transações sem contraprestação com origem em transferências incluídas no património líquido, foram igualmente consideradas as transações com condições que temporariamente são igualmente reconhecidas como passivo e, por isso, se encontram reconhecidas na conta 28.2.2.

Conforme referido no parágrafo 5º da NCP 14 o termo rendimento abrange tanto rendimentos como ganhos.

Quantia de cada categoria de rendimentos

Nota 14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação					
31/12/2023					
Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	397 806,94 €		- €	- €	
Impostos indiretos	279 014,61 €		- €	- €	
Taxas	67 617,57 €		- €	- €	
Multas e outras penalidades	3 133,40 €		- €	- €	
Transferências sem condição	6 620 282,65 €	2 837 368,54 €	- €	- €	
Transferências com condição	- €	3 904 380,66 €	205 719,13 €	630 372,85 €	
Subsídios com condição	- €		- €	- €	
Outros	- €				
TOTAL	7 367 855,17 €	6 741 749,20 €	205 719,13 €	630 372,85 €	- €

O valor das transferências, assume um carácter estruturante no Município de Avis, na medida em que representa 89% do total dos rendimentos com origem em transações.

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No Município de Avis a provisão é a indicada e relaciona-se com um processo judicial em fase de recurso.

Nota 15.1 - Provisões										
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final	
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições		Total diminuições
Provisões										
Processos judiciais em curs	- €	100 121,52 €	- €	- €	100 121,52 €	- €	- €	- €	- €	100 121,52 €
Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	- €	100 121,52 €	- €	- €	100 121,52 €	- €	- €	- €	- €	100 121,52 €

Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco e, embora não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes. Processo n.º 107/16.2BECTB e Processo n.º 382/11.9BECTB, o Município de Avis é réu. Ambos em fase de recurso

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados.

Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31/12/2023			31/12/2022			
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	
Ativos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por contrapartida	1421.							
		1431.							
		41. Se MEP							
		Subtotais							
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.	201. - Dev. por transf. e sub. não	630 372,85 €		630 372,85 €	205 719,13 €		205 719,13 €
			203. - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	- €	- €	- €	- €	- €	- €
			Cientes, contribuintes e utentes			- €			- €
			211 - Clientes c/c	160 903,82 €		160 903,82 €	60 577,29 €		60 577,29 €
			213 - Contribuintes	- €		- €	- €		- €
			214 - Utentes	1 982,44 €		1 982,44 €	1 188,01 €		1 188,01 €
			215 - Cobrança duvidosa - 219. Imparidades	61 985,27 €	- €	61 985,27 €	58 634,88 €	- €	58 634,88 €
			Outros ativos						
			23802 + 23822 - Pessoal	- €		- €	- €		- €
			24 - Estado e out.ent.públicos	132 570,58 €		132 570,58 €	97 066,71 €		97 066,71 €
			2720+2721 - Dev. por acréscimos	322 827,09 €		322 827,09 €	407 346,16 €		407 346,16 €
			228+ 2713 - Adiantamentos a fornecedores	- €		- €	- €		- €
			2772. 27891 - Devedores diversos (-)	3 019,51 €		3 019,51 €	64 468,97 €		64 468,97 €
			2791 Perdas p/ imparidades						
			11.+12.+13. - Outros ativos financeiros	1 174 301,40 €		1 174 301,40 €	1 260 153,16 €		1 260 153,16 €
			41 Participações financeiras	519 420,39 €		519 420,39 €	519 420,39 €		519 420,39 €
			Subtotais	3 007 383,35 €	- €	3 007 383,35 €	2 213 189,46 €	- €	2 213 189,46 €
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo	...							
			Subtotais						
	Totais			3 007 383,35 €	- €	3 007 383,35 €	2 674 574,70 €	- €	2 674 574,70 €

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nas disponibilidades de caixa e seus equivalentes.

Os devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, representam os valores dos pedidos de pagamento ainda não recebidos de projetos financiados.

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber	31/12/2023	31/12/2022
Ativo corrente		
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	322 827,09 €	407 346,16 €
- Devedores por acréscimos de rendimentos	322 827,09 €	407 346,16 €
- Juros a receber e outros rendimentos financeiros	- €	- €
- Outros acréscimos de rendimentos	20 214,54 €	17 026,76 €
- Impostos e taxas imputados ao período - IMI	302 612,55 €	301 148,66 €
Operações financeiras	- €	89 170,74 €
Outros devedores	3 019,51 €	64 468,97 €
Devedores por alienação de ativos fixos	- €	- €
Outros devedores	3 019,51 €	64 468,97 €
Cauções - Entregues a terceiros	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €
- Devedores por empréstimos não bonificados	- €	- €
Totais	325 846,60 €	471 815,13 €

Do quadro resulta que o valor se concentra na especialização do IMI a receber em 2024 e que reporta o exercício de 2023.

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

Participações Financeiras

	31/12/2023	Aumento	Redução	31/12/2022
Participações sociais				
FAM - Fundo de Apoio Municipal	257 904,00 €			257 904,00 €
Outras participações de capital	261 469,00 €	- €		261 469,00 €
Títulos da dívida pública a médio e longo prazo	47,39 €			47,39 €
TOTAIS	519 420,39 €	- €	- €	519 420,39 €

Passivos financeiros

Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2023			31.12.2022		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados ao custo	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	27 323,37 €		27 323,37 €	405,00 €	405,00 €	
		204 276 - Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	- €		- €	- €	- €	
		218 - Adiantamento de clientes	77 905,51 €		77 905,51 €	77 905,51 €	77 905,51 €	
		22 Fornecedores	149 671,42 €		149 671,42 €	49 479,50 €	49 479,50 €	
		Outros passivos						
		23 - Pessoal	- €		- €	2 530,97 €	2 530,97 €	
		24 - Estado e out.ent.públicos	100 527,01 €		100 527,01 €	89 392,13 €	89 392,13 €	
		271 - Fornecedores de investimentos	140 097,30 €		140 097,30 €	86 178,69 €	86 178,69 €	
		2722 - Cred. por acréscimos	647 964,85 €		647 964,85 €	652 306,26 €	652 306,26 €	
		+.277.+ 2785.27892 - Credores diversos	53 064,65 €		53 064,65 €	46 618,75 €	46 618,75 €	
		25 Financiamentos obtidos	364 056,90 €		364 056,90 €	513 271,67 €	513 271,67 €	
			Subtotais	1 560 611,01 €		1 560 611,01 €	1 518 088,48 €	1 518 088,48 €
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...			- €				
	...			- €				
	Subtotais			- €				
Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...			- €				
	...			- €				
	Subtotais			- €				
Totais			1 560 611,01 €		1 560 611,01 €	1 518 088,48 €		

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Passivo não corrente		
- Cauções	50 341,91 €	44 299,78 €
Cauções	50 341,91 €	44 299,78 €
Passivo corrente		
- Credores por acréscimos de gastos		
- Remunerações a liquidar	571 613,38 €	565 618,82 €
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	4 860,91 €	1 788,65 €
- Outros acréscimos de gastos	71 490,56 €	84 898,79 €
- Outros devedores e credores por transferências e subsídios	- €	- €
- Credores por subscrições não liberadas	- €	- €
- Outros credores	2 722,74 €	4 849,94 €
- Outros credores	2 722,74 €	4 849,94 €
Totais	701 029,50 €	701 455,98 €

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

O Município de Avis não detém participações em entidades que controla, não sendo por isso aplicável.

Na sequência do atrás referido, não é igualmente aplicável, a divulgação das transações entre entidades relacionadas.

7.8. Outras Divulgações

Nota 21 – Rendimentos e ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2023	2022
70 Impostos, contribuições e taxas	747 572,52 €	773 660,35 €
71 Vendas	425 898,31 €	298 913,14 €
72 Prestações de serviços e concessões	1 040 509,20 €	765 739,13 €
73 Variações nos inventários da produção	- €	- €
74 Trabalhos para a própria entidade	- €	- €
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	6 620 282,65 €	6 384 261,14 €
76 Reversões	- €	- €
77 Ganhos por aumentos de justo valor	- €	116 221,80 €
78 Outros rendimentos	827 068,86 €	652 925,88 €
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	3 185,55 €	6 452,72 €
Totais	9 664 517,09 €	8 998 174,16 €

Durante o ano de 2023 a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascendeu a 9.664.517,09€.

Na comparabilidade nos períodos de 2023 e 2022, verifica-se um aumento de rendimentos e ganhos de cerca de 666 mil euros.

Nota 22 – Gastos e perdas

Durante o ano de 2023 a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2023	2022
60 Transferências e subsídios concedidos	833 505,48 €	569 988,26 €
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	708 974,38 €	801 429,46 €
62 Fornecimentos e serviços externos	2 143 576,45 €	2 230 142,98 €
63 Gastos com o pessoal	4 492 984,49 €	4 341 782,18 €
64 Gastos de depreciação e de amortização	3 063 878,96 €	2 638 998,05 €
65 Perdas por imparidade	21 127,40 €	- €
66 Perdas por redução de justo valor	- €	- €
67 Provisões	30 000,00 €	70 121,52 €
68 Outros gastos	399 787,49 €	422 209,45 €
69 Gastos por juros e outros encargos	36 570,80 €	13 724,41 €
Totais	11 730 405,45 €	11 088 396,31 €

Na comparabilidade nos períodos de 2023 e 2022, verifica-se aumento de gastos e perdas de cerca de 642 mil euros.

Nota 23 – Gastos com pessoal

Em 31/12/2023 o Município de Avis, tinha um total de 207 trabalhadores.

Recursos humanos	2023	2022
Número de trabalhadores no final do período	207	207
Número médio de trabalhadores ao longo do período		
Idade média dos trabalhadores		
Antiguidade média dos trabalhadores		
Horas de formação totais		
Média de horas de formação por trabalhador		
Gastos com o pessoal	4 492 984,49 €	4 341 782,18 €
Gastos médios por trabalhador	21 705,24 €	20 974,79 €
VAB por trabalhador		
Taxa geral de absentismo		
Total de acidentes de trabalho		
Média de acidentes de trabalho por trabalhador		

Gastos com o pessoal	2023	2022
Remunerações Órgãos Autárquicos	98 841,23 €	110 205,91 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	- €	- €
Remunerações do pessoal	3 472 631,11 €	3 232 097,80 €
<i>Remuneração base</i>	2 600 056,65 €	2 456 627,62 €
- <i>Subsídios de férias</i>	237 668,10 €	209 302,69 €
- <i>Subsídios de Natal</i>	210 343,31 €	194 579,14 €
- <i>Despesas de representação</i>	- €	- €
- <i>Subsídio de refeição</i>	250 209,81 €	205 794,82 €
- <i>Gratificações</i>	- €	- €
- <i>Suplementos e prémios</i>	- €	- €
- <i>Outros suplementos</i>	- €	- €
- <i>Abonos variáveis ou eventuais</i>	174 353,24 €	165 793,53 €
Pensões	923,80 €	4 295,26 €
Indemnizações	- €	- €
Encargos s/ Remunerações	740 124,19 €	740 258,16 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	18 501,98 €	21 552,18 €
Gastos de ação social	- €	- €
Outros gastos com o pessoal	156 847,28 €	224 867,06 €
Outros encargos sociais	5 114,60 €	8 505,81 €
Totais	4 492 984,19 €	4 341 782,18 €

Nota 24 – Transferências e subsídios concedidos

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2023	2022
Transferências correntes concedidas		
- Associações de Municípios	22 607,86 €	27 028,00 €
- Freguesias	107 088,50 €	100 208,42 €
- Instituições sem fins lucrativos	282 422,43 €	248 610,43 €
- Famílias	33 821,43 €	43 152,40 €
- Outras	17 100,00 €	5 418,54 €
- Prestações sociais	67 572,27 €	- €
Subtotal	530 612,49 €	424 417,79 €
Transferências capital concedidas		
- Associações de Municípios	14 790,62 €	32 263,10 €
- Freguesias	174 089,15 €	78 307,37 €
- Instituições sem fins lucrativos	114 013,22 €	35 000,00 €
- Famílias	- €	- €
Subtotal	302 892,99 €	145 570,47 €
Totais	833 505,48 €	569 988,26 €

Constata-se um aumento face a 2022, no valor de cerca de 263 mil euros. Esta variação prende-se sobretudo com o facto de em 2023 o Município ter transferido verba para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Avisenses para reforço do transporte e protocolo celebrado com o Clube Estrela Alcorreguense no âmbito do remanescente da candidatura ao IPDJ, para melhoramento do Polivalente.

Nota 26 – Depreciações

O total de depreciações do exercício foi de 3.063.878,96€.

Depreciações e Amortizações	2023	2022
Bens do domínio público	6 758,40 €	6 758,40 €
Bens do domínio público	2 484 660,94 €	2 091 573,17 €
Edifícios e outras construções	272 281,07 €	264 074,25 €
Equipamento básico	93 482,88 €	72 280,35 €
Equipamento de transporte	159 889,51 €	137 263,80 €
Equipamento administrativo	18 989,51 €	20 775,63 €
Outros ativos fixos tangíveis	20 701,12 €	12 999,20 €
Ativos intangíveis	7 115,53 €	33 273,25 €
Totais	3 063 878,96 €	2 638 998,05 €

Nota 27 – Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante o ano de 2023, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Fornecimentos e serviços externos		2023	2022
621	Subcontratos e parcerias	431 301,67 €	468 077,26 €
	- Serviços de alojamento e restauração	41 358,12 €	38 528,25 €
	- Serviços de Saneamento básico	209 743,43 €	203 720,16 €
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	- €	- €
	- Tecnologias de informação e comunicação	- €	- €
	- Água - Abastecimento Público	- €	- €
	- Espaços de desporto cultura e lazer	- €	- €
	- Limpeza Urbana	- €	- €
	- Iluminação Pública	5 637,29 €	59 067,03 €
	- Transportes Escolares	77 000,60 €	60 583,08 €
	- Tmsportes outros	- €	- €
	- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	1 135,18 €	- €
	- Cantinas Escolares - refeições p/ confeccionadas	- €	- €
	- Outros	96 427,05 €	106 178,74 €
622	Serviços especializados	1 043 612,16 €	1 024 628,15 €
	- Trabalhos especializados	809 181,17 €	773 033,72 €
	- Publicidade comunicação e imagem	26 018,02 €	5 382,48 €
	- Vigilância e segurança	77 482,55 €	100 059,85 €
	- Honorários	42 434,95 €	53 576,34 €
	- Comissões	19 006,84 €	24 488,27 €
	- Conservação e reparação	69 488,63 €	68 087,49 €
	- Outros serviços especializados	- €	- €
623	Materiais de consumo	51 281,43 €	97 595,50 €
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	- €	- €
	- Livros e documentação técnica	- €	87,40 €
	- Material de escritório	13 261,45 €	35 988,01 €
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	9 490,75 €	16 773,86 €
	- Material de educação cultura e recreio	923,29 €	853,59 €
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	25 486,42 €	37 855,12 €
	- Medicamentos e artigos para a saúde	2 119,52 €	6 037,52 €
	- Produtos químicos e de laboratórios	- €	- €
	- Outros fornecimentos e serviços	- €	- €
624	Energia e fluídos	58 975,35 €	39 166,60 €
	- Electricidade	58 199,35 €	39 061,60 €
	- Combustíveis e lubrificantes	776,00 €	105,00 €
	- Água	- €	- €
	- Outros	- €	- €
625	Deslocações, estadas e transportes	18 291,92 €	19 472,51 €
	- Deslocações e estadas	12 343,08 €	11 012,14 €
	- Transportes de pessoal	- €	- €
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	366,17 €	2 192,48 €
	- Outros	5 582,67 €	6 267,89 €
626	Serviços diversos	540 113,92 €	581 202,96 €
	- Rendas e alugueres	311 236,26 €	322 620,84 €
	- Comunicação	30 432,51 €	21 308,01 €
	- Seguros	25 070,15 €	40 458,34 €
	- Contencioso e notariado	- €	- €
	- Despesas de representação dos serviços	736,45 €	314,40 €
	- Limpeza, higiene e conforto	79 622,21 €	127 009,33 €
	- Outros serviços	93 016,34 €	69 492,04 €
	- Fornecimentos e serviços diversos	- €	- €
Totais		2 143 576,45 €	2 230 142,98 €

Nota 29 – Diferimentos

Diferimentos ativos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2023 e 31/12/2022, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2023	31/12/2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	34 283,79 €	31 998,65 €
Outros gastos a reconhecer	46 526,18 €	37 113,27 €
Totais	80 809,97 €	69 111,92 €

Diferimentos passivos

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2023 e 31/12/2022, são os seguintes:

Diferimentos passivos	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos a reconhecer	3 904 380,66 €	1 204 107,30 €
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	3 904 380,66 €	1 204 107,30 €
- FEDER	3 904 380,66 €	1 204 107,30 €
- Outros	- €	- €
Totais	3 904 380,66 €	1 204 107,30 €

Nota 30 – Alterações do património líquido

Rubricas	01/01/2023	Aumentos de património	Diminuições de património	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Reconhecimen to Sub	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2023
51 - Património	65 413 899,17 €								65 413 899,17 €
55 - Reservas	- €	- €	- €	- €				- €	- €
- Reservas legais	- €								- €
- Constituição Loteamentos									- €
- Cedências a título gratuito									- €
- Transferências de outras entidades									- €
56 - Resultados transitados	- 30 913 201,70 €	- €	- €	- 2 090 222,15 €	- €		- €	457 031,96 €	- 32 911 670,68 €
- Resultados transitados De períodos anteriores	- 28 054 124,38 €			- 2 090 222,15 €					- 30 144 346,53 €
- Resultados transitados Regularizações	365 278,79 €							457 031,96 €	457 031,96 €
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	- €								- €
- Ajustamentos de reorganização de operações	- 3 224 356,11 €		- €						- 3 224 356,11 €
- Alteração de políticas contabilísticas	- €								- €
57 - Ajust.em ativos financeiros	- €							- €	- €
- Relacionados com o MEP	- €								- €
59 - Outras variações no património líquido	9 365 966,83 €	- €	- €		- €			- €	11 529 817,08 €
- Transferências e subsídios de capital	6 530 661,95 €	- €	- €		- €			- €	7 613 526,84 €
- Ativos depreciables	6 442 346,53 €					1 082 864,89 €			7 525 211,42 €
- Artivos não depreciables	88 315,42 €							- €	88 315,42 €
- Outras transferências, sub.capital	2 648 234,88 €							- €	3 729 220,24 €
- FEF Capital	1 662 979,47 €					1 174 389,07 €			2 837 368,54 €
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	985 255,41 €					- 93 403,71 €			891 851,70 €
- Doações obtidas	187 070,00 €								187 070,00 €
- Transferências de ativos									
818 - Resultados líquido do exercício	- 2 090 222,15 €			- €	- €		- 2 065 888,36 €		- 2 065 888,36 €
TOTAL	41 776 442,15 €	- €	- €	- €	- €	2 163 850,25 €	- 2 065 888,36 €	457 031,96 €	41 966 157,21 €

As variações no património líquido no exercício de 2023, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2022, resultados transitados negativos no valor de 2.090.222,15€;
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2023, (-2.065.888,36€) cuja aplicação a resultados transitados será proposta no relatório de gestão;
3. Reconhecimento da imputação a resultados das transferências e subsídios de capital atribuídas a ativos depreciables;
4. Reconhecimento das transferências de capital, resultantes do FEF de Capital e n.º 3, do artigo 35º da Lei n.º 73/2013.

8. Contabilidade de Gestão

O SNC-AP veio introduzir alterações no modelo de contabilidade de custos para a contabilidade de gestão, quer quanto ao sistema de custeio, quer quanto aos apuramentos a obter. Dadas as limitações ainda existentes na implementação desta contabilidade, nomeadamente ao nível de recursos humanos e técnicos, o Município de Avis apenas cumpriu parcialmente os requisitos da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, sem dados consistentes para análise.

9. Anexo às Demonstrações Orçamentais

9.1. DDORC – Demonstração de Desempenho Orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2022
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior	919 605,29 €		295 123,84 €		45 424,03 €	1 260 153,16 €	1 715 678,87 €
	Operações orçamentais [1]	919 605,29 €		295 123,84 €			1 214 729,13 €	1 658 100,15 €
	Devolução do saldo oper. orçamentais							
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
	Operações de tesouraria [A]					45 424,03 €	45 424,03 €	57 578,72 €
	Receita corrente	8 532 433,21 €		148 007,02 €			8 680 440,23 €	8 111 464,86 €
R1	Receita fiscal	792 437,97 €					792 437,97 €	645 563,71 €
R1.1	Impostos diretos	792 437,97 €					792 437,97 €	645 563,71 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	57 811,41 €					57 811,41 €	66 494,75 €
R4	Rendimentos de propriedade	388 984,56 €					388 984,56 €	288 574,89 €
R5	Transferências e subsídios correntes	6 420 526,50 €		148 007,02 €			6 568 533,52 €	6 411 439,62 €
R5.1	Transferências correntes	6 420 526,50 €		148 007,02 €			6 568 533,52 €	6 411 439,62 €
R5.1.1	Administrações Públicas	6 420 526,50 €		148 007,02 €			6 568 533,52 €	6 411 439,62 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	6 319 734,69 €		113 492,87 €			6 433 227,56 €	6 307 971,54 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	100 791,81 €		34 514,15 €			135 305,96 €	103 468,08 €
R6	Venda de bens e serviços	776 119,30 €					776 119,30 €	685 001,65 €
R7	Outras receitas correntes	96 553,47 €					96 553,47 €	14 390,24 €
	Receita de capital	1 418 383,80 €		3 405 650,44 €			4 824 034,24 €	1 394 010,21 €
R8	Venda de bens de investimento	20 667,50 €					20 667,50 €	68 995,87 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1 397 716,30 €		3 405 650,44 €			4 803 366,74 €	1 325 014,34 €
R9.1	Transferências de capital	1 397 716,30 €		3 405 650,44 €			4 803 366,74 €	1 325 014,34 €
R9.1.1	Administrações Públicas	1 397 716,30 €		3 405 650,44 €			4 803 366,74 €	1 325 014,34 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 397 716,30 €		2 898 729,62 €			4 296 445,92 €	1 104 062,20 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			506 920,82 €			506 920,82 €	220 952,14 €
	Receita efetiva [2]	9 950 829,61 €		3 553 657,46 €			13 504 487,07 €	9 514 482,88 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	12,60 €					12,60 €	9 007,81 €
	Receita não efetiva [3]							
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	10 870 434,90 €		3 848 781,30 €			14 719 216,20 €	11 172 583,03 €
	Operações de tesouraria [B]					51 464,96 €	51 464,96 €	37 457,70 €
	Despesa corrente	7 867 542,73 €					7 867 542,73 €	7 694 978,86 €
D1	Despesas com o pessoal	4 350 254,51 €					4 350 254,51 €	4 095 568,67 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	3 275 037,94 €					3 275 037,94 €	3 035 893,52 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	151 287,91 €					151 287,91 €	138 023,03 €
D1.3	Segurança social	923 928,66 €					923 928,66 €	921 652,12 €
D2	Aquisição de bens e serviços	2 798 531,70 €					2 798 531,70 €	2 927 149,44 €
D3	Juros e outros encargos	23 764,81 €					23 764,81 €	13 706,30 €
D4	Transferências e subsídios correntes	601 312,81 €					601 312,81 €	559 761,84 €
D4.1	Transferências correntes	485 705,31 €					485 705,31 €	461 106,84 €
D4.1.1	Administrações Públicas	127 382,52 €					127 382,52 €	126 562,59 €
D4.1.1.5	Administração Local	127 382,52 €					127 382,52 €	126 562,59 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	282 422,43 €					282 422,43 €	248 610,43 €
D4.1.3	Famílias	58 800,36 €					58 800,36 €	80 515,28 €
D4.1.4	Outras	17 100,00 €					17 100,00 €	5 418,54 €
D4.2	Subsídios Correntes	115 607,50 €					115 607,50 €	98 655,00 €
D5	Outras despesas correntes	93 678,90 €					93 678,90 €	98 792,61 €
	Despesa de capital	2 364 804,75 €		3 214 879,74 €			5 579 684,49 €	2 073 341,68 €
D6	Aquisição de bens de capital	2 084 328,67 €		3 214 879,74 €			5 299 208,41 €	1 919 336,98 €
D7	Transferências e subsídios de capital	280 476,08 €					280 476,08 €	154 004,70 €
D7.1	Transferências de capital	280 476,08 €					280 476,08 €	154 004,70 €
D7.1.1	Administrações Públicas	191 626,61 €					191 626,61 €	119 004,70 €
D7.1.1.5	Administração Local	191 626,61 €					191 626,61 €	119 004,70 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	88 849,47 €					88 849,47 €	35 000,00 €
DA03	Despesa efetiva [5]	10 232 347,48 €		3 214 879,74 €			13 447 227,22 €	9 768 320,54 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	149 210,46 €					149 210,46 €	189 533,36 €
D10	Despesa com passivos financeiros	149 210,46 €					149 210,46 €	189 533,36 €
	Soma [7]=[5]+[6]	10 381 557,94 €		3 214 879,74 €			13 596 437,68 €	9 957 853,90 €
	Operações de tesouraria [C]					45 366,11 €	45 366,11 €	49 612,39 €
	Saldo para a gerência seguinte	488 876,96 €		633 901,56 €		51 522,88 €	1 174 301,40 €	1 260 153,16 €
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	488 876,96 €		633 901,56 €			1 122 778,52 €	1 214 729,13 €
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					51 522,88 €	51 522,88 €	45 424,03 €
	Saldo global [2] - [5]	-281 517,87 €		338 777,72 €			57 259,85 €	-253 837,66 €
	Despesa primária	10 208 582,67 €		3 214 879,74 €			13 423 462,41 €	9 754 614,24 €
	Saldo corrente	664 890,48 €		148 007,02 €			812 897,50 €	416 486,00 €
	Saldo de capital	-946 420,95 €		190 770,70 €			-755 650,25 €	-679 331,47 €
	Saldo primário	-257 753,06 €		338 777,72 €			81 024,66 €	-240 131,36 €
	Receita total [1] + [2] + [3]	10 870 434,90 €		3 848 781,30 €			14 719 216,20 €	11 172 583,03 €
	Despesa total [5] + [6]	10 381 557,94 €		3 214 879,74 €			13 596 437,68 €	9 957 853,90 €

O Município de Avis iniciou o exercício com um saldo orçamental proveniente da gerência anterior de 1.260.153,16€ e concluiu o exercício com um saldo orçamental para a gerência seguinte de 1.174.301,40€, dos quais 1.122.778,52€ de saldo orçamental e 51.522,88€ de operações de tesouraria.

O total da receita efetiva arrecadada durante o exercício foi de 13.504.487,07€ e a despesa paga ascendeu a 13.447.227,22€.

9.2. DODES – Demonstração de Desempenho Orçamental da Despesa

Rubrica	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de Execução Orçamental
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6) + (7)	(9) = (4) - (5)	(10) = (5) - (8)	
	Despesa corrente	119 386,32 €	8 819 433,13 €		8 707 513,40 €	8 120 615,01 €	116 843,80 €	7 750 698,93 €	7 867 542,73 €	586 898,39 €	253 072,28 €	89,21
D1	Despesas com o pessoal	91 535,16 €	4 506 566,85 €		4 478 201,15 €	4 453 489,38 €	91 170,20 €	4 259 084,31 €	4 350 254,51 €	24 711,77 €	103 234,87 €	96,53
D2	Aquisição de bens e serviços	27 036,06 €	3 512 966,48 €		3 451 851,84 €	2 942 637,13 €	24 858,50 €	2 773 673,20 €	2 798 531,70 €	509 214,71 €	144 105,43 €	79,66
D3	Juros e outros encargos		28 464,86 €		26 875,81 €	23 764,81 €		23 764,81 €	23 764,81 €	3 111,00 €		83,49
D4	Transferências e subsídios correntes	498,00 €	667 492,94 €		649 894,31 €	601 882,81 €	498,00 €	600 814,81 €	601 312,81 €	48 011,50 €	570,00 €	90,09
D5	Outras despesas correntes	317,10 €	103 942,00 €		100 690,29 €	98 840,88 €	317,10 €	93 361,80 €	93 678,90 €	1 849,41 €	5 161,98 €	90,13
	Despesa de capital	109 794,69 €	7 753 666,00 €		7 268 444,45 €	5 894 156,00 €	38 890,60 €	5 690 004,35 €	5 728 894,95 €	1 374 288,45 €	165 261,05 €	73,89
D6	Aquisição de bens de capital	109 794,69 €	7 283 094,00 €		6 812 108,57 €	5 439 305,71 €	38 890,60 €	5 260 317,81 €	5 299 208,41 €	1 372 802,86 €	140 097,30 €	72,76
D7	Transferências e subsídios de capital		320 100,00 €		307 124,42 €	305 639,83 €		280 476,08 €	280 476,08 €	1 484,59 €	25 163,75 €	87,62
D8	Outras despesas de capital		1 100,00 €									
D9	Despesa com ativos financeiros											
D10	Despesa com passivos financeiros		149 372,00 €		149 211,46 €	149 210,46 €		149 210,46 €	149 210,46 €	1,00 €		
	Total:	229 181,01 €	16 573 099,13 €		15 975 957,85 €	14 014 771,01 €	155 734,40 €	13 440 703,28 €	13 596 437,68 €	1 961 186,84 €	418 333,33 €	82,04

O grau de execução é de 82,04% do previsto em orçamento. Transita o valor de 1.961.186,84€ em compromissos e 418.333,33€ em obrigações por pagar.

9.3. DOREC – Demonstração de Desempenho Orçamental da Receita

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos	Receitas líquidas	Receitas anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Receita por cobrar no final do período	Grau de Execução Orçamental
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (5) - (7)	(11)	
	Receita corrente	9 151 957,00 €	160 736,77 €	8 809 137,25 €	44 102,07 €	8 688 204,02 €	6763,79 €	7 763,79 €	113 720,28 €	8 566 719,95 €	8 680 440,23 €	245 331,72 €	94,85 €
R1	Receita fiscal	792 628,00 €		794 666,63 €	2 228,66 €	794 666,63 €	2 228,66 €	2 228,66 €	-21,28 €	792 459,25 €	792 437,97 €		99,98
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde												
R3	Taxas, multas e outras penalidades	72 361,00 €	7 788,65 €	64 231,80 €	738,46 €	57 887,71 €	76,30 €	76,30 €	2 996,59 €	54 814,82 €	57 811,41 €	13 470,58 €	79,89
R4	Rendimentos de propriedade	394 473,00 €	65 234,37 €	334 410,61 €	5 922,46 €	389 984,56 €		1 000,00 €	64 234,37 €	324 750,19 €	388 984,56 €	4 737,96 €	98,61
R5	Transferências e subsídios correntes	6 670 257,00 €		6 637 479,72 €	17 197,07 €	6 568 533,52 €				6 568 533,52 €	6 568 533,52 €	51 749,13 €	98,48
R6	Venda de bens e serviços	1 019 938,00 €	87 690,39 €	880 995,83 €	17 516,23 €	780 078,94 €	3 959,64 €	3 959,64 €	46 510,60 €	729 608,70 €	776 119,30 €	175 050,69 €	76,10
R7	Outras receitas correntes	202 300,00 €	23,36 €	97 352,66 €	499,19 €	97 052,66 €	499,19 €	499,19 €		96 553,47 €	96 553,47 €	323,36 €	47,73
	Receita de capital	6 186 413,00 €	231 459,72 €	7 657 403,98 €	2 484 068,55 €	4 824 034,24 €			16 432,64 €	4 807 601,60 €	4 824 034,24 €	580 760,91 €	77,98 €
R8	Venda de bens de investimento	23 700,00 €		20 667,50 €		20 667,50 €				20 667,50 €	20 667,50 €		87,21
R9	Transferências e subsídios de capital	6 162 713,00 €	231 459,72 €	7 636 736,48 €	2 484 068,55 €	4 803 366,74 €			16 432,64 €	4 786 934,10 €	4 803 366,74 €	580 760,91 €	77,94
R10	Outras receitas de capital												
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 000,00 €		12,60 €		12,60 €				12,60 €	12,60 €		0,06
R12	Receita com ativos financeiros												
R13	Receita com passivos financeiros												
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	1 214 729,13 €		1 214 729,13 €		1 214 729,13 €				1 214 729,13 €	1 214 729,13 €		100,00
	Total:	16 573 099,13 €	392 196,49 €	17 681 282,96 €	2 528 170,62 €	14 726 979,99 €	6 763,79 €	7 763,79 €	130 152,92 €	14 589 063,28 €	14 719 216,20 €	826 092,63 €	88,82

A receita do exercício situou-se em 88,82%, cumprindo as imposições legais.

9.4. DTAS – Dívidas a Terceiros Pro Antiguidade de Saldos

Designação	Passivo	Dívida Vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em n dias) [C]				Exceções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza da despesa		
		Curto prazo	Médio/Longo prazo	<=90	[90-180[[180-365]	>=365			Curto prazo	Médio/Longo prazo	SOMA
		[A]	[B]	[1]	[2]	[3]	[4]			[D]	[E]=[2+3+4]+[D]	[F]=[A]+[C]
Despesas correntes	253 072,28 €	232 000,71 €		19 288,25 €	1 783,32 €				1 783,32 €	253 072,28 €	253 072,28 €	
Despesas de pessoal	46 399,30 €	46 346,41 €		52,89 €						46 399,30 €	46 399,30 €	
Remunerações certas e permanentes	45 010,76 €	44 957,87 €		52,89 €						45 010,76 €	45 010,76 €	
Abonos variáveis ou eventuais	1 388,54 €	1 388,54 €								1 388,54 €	1 388,54 €	
SS - Encargos com saúde	3 028,08 €	2,00 €		3 026,08 €						3 028,08 €	3 028,08 €	
ADSE e outros da AP	3 028,08 €	2,00 €		3 026,08 €						3 028,08 €	3 028,08 €	
Outros sectores fora da AP												
SS - Contribuições de segurança social	53 492,49 €	53 492,49 €								53 492,49 €	53 492,49 €	
CGA	22 926,56 €	22 926,56 €								22 926,56 €	22 926,56 €	
Segurança social - Regime geral	30 375,59 €	30 375,59 €								30 375,59 €	30 375,59 €	
Outras	190,34 €	190,34 €								190,34 €	190,34 €	
SS - Outras	315,00 €	135,00 €		180,00 €						315,00 €	315,00 €	
SS - Outras	315,00 €	135,00 €		180,00 €						315,00 €	315,00 €	
Aquisições de bens e serviços	144 105,43 €	127 992,83 €		14 329,28 €	1 783,32 €			1 783,32 €		144 105,43 €	144 105,43 €	
Aquisições de bens e serviços	144 105,43 €	127 992,83 €		14 329,28 €	1 783,32 €			1 783,32 €		144 105,43 €	144 105,43 €	
Juros e outros encargos												
Juros e outros encargos												
Transferências correntes	570,00 €	570,00 €								570,00 €	570,00 €	
Administrações públicas												
Outras transferências correntes	570,00 €	570,00 €								570,00 €	570,00 €	
Subsídios												
Subsídios												
Outras despesas correntes	5 161,98 €	3 461,98 €		1 700,00 €						5 161,98 €	5 161,98 €	
Outras despesas correntes	5 161,98 €	3 461,98 €		1 700,00 €						5 161,98 €	5 161,98 €	
Despesas de capital	165 261,05 €	98 606,98 €		25 163,75 €				41 490,32 €	41 490,32 €	165 261,05 €	165 261,05 €	
Aquisições de bens de capital	140 097,30 €	98 606,98 €						41 490,32 €	41 490,32 €	140 097,30 €	140 097,30 €	
Aquisições de bens de capital	140 097,30 €	98 606,98 €						41 490,32 €	41 490,32 €	140 097,30 €	140 097,30 €	
Transferências de capital	25 163,75 €			25 163,75 €						25 163,75 €	25 163,75 €	
Administrações Públicas												
Outras transferências de capital	25 163,75 €			25 163,75 €						25 163,75 €	25 163,75 €	
Aquisição de ativos financeiros												
Aquisição de ativos financeiros												
Reembolsos de passivos financeiros												
Reembolsos de passivos financeiros												
Outras despesas de capital												
Outras despesas de capital												
TOTAL	418 333,33 €	330 607,69 €		44 452,00 €	1 783,32 €			41 490,32 €	43 273,64 €	418 333,33 €		418 333,33 €

O mapa do DTAS dívida a terceiros, por antiguidade de saldos apresenta uma dívida de 418.333,33€, dos quais 43.273,64€ superior a 180 dias por motivo não imputável ao Município.

De referir que a aplicação SNC-AP não considera para este mapa o valor dos financiamentos (empréstimos) já que apenas imputa estes valores quando são emitidas as respetivas obrigações para processar as prestações.

9.5. DEPMI – Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Designação do projeto	Grupo de Fontes de Financiamento				Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %
		R G	R P	U E	EMPR	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total	
		[6]	[7]	[8]	[9]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	
1	Funções gerais		150 979,00 €			150 979,00 €	640 000,00 €	790 979,00	295 182,03	59 771,15	354 953,18	39,59
1.1.	Serviços gerais de administração pública		150 979,00 €			150 979,00 €	640 000,00 €	790 979,00	295 182,03	59 771,15	354 953,18	39,59
2	Funções sociais		2 173 463,00 €	3 686 345,00 €		5 859 808,00 €	21 202 198,00 €	27 062 006,00	2 716 544,04	4 411 400,18	7 127 944,22	75,28
2.1.	Educação		52 702,00 €	3 029 328,00 €		3 082 030,00 €	3 240 862,00 €	6 322 892,00	35 424,00	2 951 088,81	2 986 512,81	95,75
2.3.	Segurança e acção sociais		581 706,00 €	27 294,00 €		609 000,00 €	1 212 000,00 €	1 821 000,00	957 391,36	515 413,07	1 472 804,43	84,63
2.4.	Habituação e serviços colectivos		548 027,00 €	392 885,00 €		940 912,00 €	16 399 335,00 €	17 340 247,00	1 183 858,93	265 477,85	1 449 336,78	28,22
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos		991 028,00 €	236 838,00 €		1 227 866,00 €	350 001,00 €	1 577 867,00	539 869,75	679 420,45	1 219 290,20	55,33
3	Funções económicas		197 067,00 €	259 230,00 €		456 297,00 €	1 490 309,00 €	1 946 606,00	488 275,40	204 040,84	692 316,24	44,72
3.2.	Indústria e energia		20 434,00 €			20 434,00 €	230 000,00 €	250 434,00	34 919,05		34 919,05	
3.3.	Transportes e comunicações		174 633,00 €	259 230,00 €		433 863,00 €	975 000,00 €	1 408 863,00	453 356,35	204 040,84	657 397,19	47,03
3.5.	Outras funções económicas		2 000,00 €			2 000,00 €	285 309,00 €	287 309,00				
4	Outras funções			816 010,00 €		816 010,00 €		816 010,00	332 225,88	623 996,24	956 222,12	76,47
4.2.	Transferências entre administrações			816 010,00 €		816 010,00 €		816 010,00	332 225,88	623 996,24	956 222,12	76,47
	Total:		2 521 509,00 €	4 761 585,00 €		7 283 094,00 €	23 332 507,00 €	30 615 601,00 €	3 832 227,35 €	5 299 208,41 €	9 131 435,76 €	72,76

O mapa de desempenho do plano plurianual de investimentos apresenta uma percentagem de execução face ao previsto de 72,76%.

9.6. Operações de Tesouraria

CÓDIGO DAS CONTAS		DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	SALDO FINAL
07	07	Operações de tesouraria	45 424,03 €	51 464,96 €	45 366,11 €	51 522,88 €
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	45 424,03 €	51 464,96 €	45 366,11 €	51 522,88 €
07.1.3	07.2.3	Constituição e reforço de cauções e garantias / Devolução de cauções e garantias	44 299,78 €	51 020,18 €	44 978,05 €	50 341,91 €
07.1.6	07.2.6	Retenções - Transição para o SNC-AP / Retenções - Transição para o SNC-AP	1 124,25 €	444,78 €		1 569,03 €
07.1.9	07.2.9	Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de operações de tesouraria			388,06 €	-388,06 €
TOTAL			45 424,03 €	51 464,96 €	45 366,11 €	51 522,88 €

Avis, abril de 2024